

Mônica Reis Berliner

AVALIAÇÃO DO INDICADOR NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Gomes Elliot

Rio de Janeiro
2010

B515 Berliner, Mônica Reis.
Avaliação do indicador nacional de alfabetismo funcional /
Mônica Reis Berliner. – 2010.
67 f. ; 30 cm.

Orientadora : Profa. Dra. Ligia Gomes Elliot.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação
Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2010.
Bibliografia: f. 64-65.

1. Alfabetização de adultos – Brasil – Participação do cidadão.
2. Educação de adultos. I. Elliot, Ligia Gomes. II. Título.

CDD 374.0120981

Ficha catalográfica elaborada por Vera Maria da Costa Califfa (CRB7/2051)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

MÔNICA REIS BERLINER

AVALIAÇÃO DO INDICADOR NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação

Aprovada em 20 de setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. LIGIA GOMES ELLIOT
Fundação Cesgranrio

Prof^a. Dr^a. ANGELA CARRANCHO DA SILVA
Fundação Cesgranrio

Prof^a. Dr^a. MARIA CRISTINA RIGONI COSTA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Quem haverá de ser tão inocente que envie o filho à escola para que ele aprenda o que pensa o professor.

Depois que os mestres explicarem com palavras, todas essas disciplinas que dizem lecionar, inclusive as referentes à virtude e à sabedoria, então é que os chamados discípulos irão consigo mesmo considerar se são verdadeiras as coisas ensinadas contemplando na medida de suas forças intelectuais, a verdade interior.

Aí então é que aprenderão.

(Santo Agostinho, De Magistro, 428 DC, capítulo XIV)

Dedico esta dissertação ao meu pai, Agripino Reis, um operário que valorizava a educação e, por isso mesmo, explodiria de orgulho ao me ver recebendo este título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, por ter tido a oportunidade de conhecer uma pessoa dedicada, competente e habilidosa para lidar com as diferenças humanas: minha orientadora, Prof^a Dr^a. Ligia Gomes Elliot.

À Fundação Cesgranrio, pela bolsa-auxílio concedida, de grande ajuda na realização do curso.

Às Professoras Doutoras Angela Carrancho da Silva e Maria Cristina Rigoni Costa, pela participação na banca examinadora e sugestões oportunas para o aprimoramento da análise realizada.

Aos funcionários da Secretaria, Biblioteca e apoio, da Fundação Cesgranrio, pelo gentil atendimento durante o Curso.

À minha família, minha mãe e meus filhos a compreensão e ajuda nestes momentos de ausência, dedicados ao Mestrado.

Ao meu marido Eliezer, um fã assumido, torcedor do meu bom desempenho e da minha carreira. Nosso amor e nosso companheirismo me dão forças para progredir diariamente.

Aos amigos que fiz no Mestrado e a toda turma unida e sinérgica que tive, pela rica discussão em sala, que nos faz crescer e produzir com mais segurança.

RESUMO

O estudo teve por objetivo realizar a avaliação do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). O processo avaliativo para apuração do INAF é realizado desde 2001, pelo Instituto Paulo Montenegro, organização do IBOPE, em conjunto com a ONG Ação Educativa. A população brasileira classificada como alfabetizada, por sua auto-declaração nos censos oficiais, nem sempre está capacitada com habilidades de escrita, leitura e interpretação de textos e números para compreender o contexto socioeconômico no qual está inserida. O INAF classifica o alfabetismo funcional em quatro níveis: analfabeto, alfabetizado nível rudimentar, alfabetizado nível básico e alfabetizado nível pleno. O indicador, através de questionários e testes, que retratam problemas enfrentados no cotidiano, avalia as habilidades e competências para interpretar e solucionar problemas de letramento e numeramento em amostra da população das zonas rural e urbana, na faixa etária de 15 a 64 anos. A avaliação foi desenvolvida com base nas categorias e padrões estabelecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* e para embasar a modelagem do processo de pesquisa, foi utilizado o V epistemológico de Gowin, que proporciona uma análise meta-cognitiva da apuração do indicador de alfabetismo. O estudo concluiu que o INAF é indicador íntegro e fidedigno, capaz de retratar o Brasil alfabetizado funcionalmente e contribuir com análises estatísticas e evidências para nortear as diretrizes na política educacional de jovens e adultos. O estudo registra como recomendação buscar mais exposição dos resultados do indicador nos meios de comunicação, com o objetivo de criar mais o impacto sobre o INAF e assim, gerar discussão e tomada de decisão na esfera educacional.

Palavras-chave: Alfabetismo funcional. Numeramento. Letramento.

ABSTRACT

This study had as objective to conduct the evaluation of the National Indicator of Functional Literacy (INAF). The evaluation process for verification of the INAF is developed since 2001, for the Paulo Montenegro Institute, organization of the IBOPE, in set with the ONG Educative Action. The Brazilian population classified as literacy, by its self-declaration in the official census, nor always are enabled with abilities of writing, reading and interpretation of texts and numbers to understand the economic and social context in which she is inserted. The INAF classifies the functional literacy in four levels: illiterate rudimentary, basic, and full. The Indicator, through questionnaires and tests, that portray problems faced in the daily one, evaluates the abilities to interpret and to solve problems of literacy and numbering in sample of the population of the zones agricultural and urban, in the age of 15 to 64 years. The evaluation was developed on the basis of the categories and standards established for the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation and to support the modeling of the research process, was used the heuristic V of Gowin, that provides to a cognitive analysis of the verification of the literacy indicator. The study concluded that the INAF is a complete and trustworthy indicator, capable to portray Brazil literacy functionally and to contribute with statistical analyses and evidences to guide adults and youngsters the educational politics for. The study recommends more exposition of the INAF results in the mass communication, with the objective of creating more impact on the INAF itself and of generating debates decision making in the educational area.

Keywords: Functional literacy. Numbering. Literacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Classificação dos níveis de alfabetismo elaborado pelo INAF.....	24
Figura 1	Professor Jullis rodeado por Marcelo, Isney e Flavio, sócios da Pousada.....	26
Figura 2	A escola.....	26
Figura 3	A sala de aula.....	26
Figura 4	Recursos instrucionais.....	26
Quadro 2	Questão do teste de leitura.....	28
Quadro 3	Questão do teste de Matemática.....	30
Quadro 4	Tipos de textos informativos e literários.....	35
Figura 5	O V epistemológico de Gowin.....	41
Figura 6	Diagrama de Gowin para análise do INAF.....	45
Quadro 5	Questão de numeramento.....	47
Quadro 6	Matriz de Referência proposta para Leitura e Escrita.....	50
Quadro 7	Matriz de Referência proposta para Matemática.....	51
Quadro 8	Exemplo de descritor utilizado para verificar habilidades de interpretação.....	52
Quadro 9	Texto de estímulo para leitura.....	53
Quadro 10	Avaliação do INAF segundo padrões de utilidade.....	54
Quadro 11	Avaliação do INAF segundo padrões de viabilidade.....	56
Quadro 12	Avaliação do INAF segundo padrões de propriedade.....	56
Quadro 13	Avaliação do INAF segundo padrões de precisão.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (Brasil, 1920-1999).....	14
Tabela 2	INAF/BRASIL: Evolução do indicador de analfabetismo – população de 15 a 64 anos (%).....	31
Tabela 3	INAF/BRASIL: Nível de Alfabetismo, segundo a escolaridade – população de 15 a 64 anos (%).....	32
Tabela 4	Comparativo de metodologias – letramento: INAF / Brasil – Letramento (%).....	48
Tabela 5	Comparativo de metodologias – numeramento: INAF / Brasil – Numeramento (%).....	48

SUMÁRIO

1	ALFABETISMO FUNCIONAL: UM PANORAMA	12
1.1	UNESCO: ALFABETIZAÇÃO COMO LIBERDADE.....	17
2	INDICADOR DO ALFABETISMO FUNCIONAL NA POPULAÇÃO BRASILEIRA	22
2.1	CLASSIFICAÇÃO DO ALFABETISMO.....	22
2.2	INVESTIMENTO PRIVADO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	25
2.3	COMO AVALIAR OS CONHECIMENTOS.....	27
2.4	O DESEMPENHO EM 2009.....	31
2.4.1	Revisão metodológica do INAF.....	33
2.4.2	Matriz de referência do INAF para medição direta de habilidades.....	34
2.4.3	Descritores das habilidades funcionais.....	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1	ABORDAGEM.....	40
3.2	PROCESSO DE PESQUISA.....	41
3.3	INSTRUMENTO E APLICAÇÃO.....	43
4	ANÁLISE SEGUNDO O V DE GOWIN	44
4.1	QUESTÕES-FOCO.....	44
4.2	O LADO ESQUERDO DO V.....	46
4.2.1	Filosofia.....	46
4.2.2	Teorias, Princípios e Conceitos-chave.....	46
4.3	O LADO DIREITO DO V.....	49
4.3.1	Asserções de conhecimento.....	49
4.3.2	Asserções de valor.....	49
4.3.3	Transformações.....	52
4.3.4	Registros do evento.....	52
5	AVALIAÇÃO DO INAF	54
5.1	APLICAÇÃO DA LISTA DE CHECAGEM DO INAF.....	54
6	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	61
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXO	66

1 ALFABETISMO FUNCIONAL: UM PANORAMA

O alfabetismo funcional é um tema que vem ganhando espaço no debate sobre a educação brasileira nas últimas décadas. O índice de analfabetos diminuiu ao longo dos últimos anos, mas o Brasil ainda ocupa o penúltimo lugar, entre os países da América do Sul, ganhando apenas da Bolívia, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007.

A população classificada como alfabetizada nem sempre está capacitada com habilidades de escrita, leitura e interpretação de números e cálculos para compreender o contexto social no qual estão inseridos.

Não basta saber ler 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho (FREIRE, 1991, p. 24).

Ao longo das últimas três décadas de sua vida, Paulo Freire se dedicou como educador a fomentar o debate político sobre o modelo da educação brasileira e as oportunidades concedidas pelas instituições públicas à população menos favorecida.

Não é difícil compreender, assim, como uma de minhas tarefas centrais como educador progressista seja apoiar o educando para que ele mesmo vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que sua curiosidade, compensada e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada, seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. Ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido. É nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, seus receios, em sua incompetência provisória (FREIRE, 2005b, p. 119).

O assunto analfabetismo no Brasil, assim como nos países colonizados com a língua portuguesa, sempre foi fonte de preocupação de um grupo de pedagogos, encabeçado por Paulo Freire, que empenhou forças para mostrar que o analfabeto vive à margem da sociedade, mas a condição de analfabetismo não esgota e nem diminui a inteligência do indivíduo. O aprendizado é constante, é democrático e observativo. O direito à escola pode ter sido podado à uma camada da população,

mas a capacidade crítica e o aprendizado empírico contribuem para a formação do cidadão e para a prática da liberdade.

Segundo Weffort (apud FREIRE, 2005a), a educação como afirmação da liberdade tem antigas ressonâncias, anteriores mesmo ao pensamento liberal. O autor afirma que o tema educação persiste desde os gregos como uma das ideias mais caras ao humanismo ocidental e encontra-se amplamente incorporado a várias sociedades. É desta forma que as nações progridem, que as diferenças sociais se estabelecem e a humanidade se aproxima pela ausência de barreiras no mundo contemporâneo proporcionada pela era digital.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiando e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades, nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 2005a, p. 51).

Embora seja novo no Brasil, o termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos, na década de 30, durante a Segunda Guerra Mundial. Esta classificação surgiu de uma observação do comando militar dos Estados Unidos, pois durante a passagem das ordens de trabalho, foi percebido pelos comandantes que alguns soldados americanos eram incapazes de entender instruções transmitidas por escrito, fundamentais para a realização de tarefas militares, o que acarretava falta do cumprimento das regras, simulando a indisciplina da tropa. Na realidade, tratava-se de deficiência na interpretação de texto (informação verbal)¹.

Posteriormente, a mesma dificuldade também foi registrada no mundo do trabalho, no cotidiano das organizações, através das competências funcionais, que apresentavam incompreensão de ordens impressas. Assim, ficava explícito o alfabetismo funcional.

¹ Informação fornecida por Ana Lúcia Lima, Coordenadora do Instituto Paulo Montenegro, em 2009.

O tema alfabetização, como condição essencial para relevância na sociedade, é uma decorrência da Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, que definiu que a escolarização da população em nível elementar seria fundamental para evolução e desenvolvimento dos países. Desde então, as taxas de analfabetismo são tomadas como indicadores importantes da condição de desenvolvimento socioeconômico das nações (RIBEIRO; VÓVIO; MOURA, 2002).

Instituições internacionais tomam esses índices como referência para comparar o desempenho de países com distintas tradições culturais, estabelecendo metas para a promoção do desenvolvimento e a cooperação entre as nações (UNESCO, 2000).

O Brasil registra estatísticas oficiais sobre o analfabetismo desde o final do século XIX. Ferraro (1987) afirma que este é o mais antigo e constante indicador de que se dispõe para analisar a história da instrução elementar no país. Porém, o método para apurar índices de analfabetismo baseia-se na autoavaliação da população recenseada sobre sua capacidade de ler e escrever, apesar de algumas variações quanto à forma de avaliar a população a esse respeito.

Ao longo do século XX, uma série de diferentes levantamentos foram realizados, aprimorando, com ajustes e novas técnicas, a apuração das taxas de analfabetismo entre os brasileiros com 15 anos ou mais. De acordo com a Tabela 1, pode-se observar a queda dos índices de analfabetos no último século.

Tabela 1: Taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (Brasil, 1920-1999).

Ano	% de Analfabetos
1920	65%
1940	56%
1960	40%
1980	26%
2000	14%

Fonte: Ribeiro, Vóvio e Moura (2002).

O conceito de analfabetismo evoluiu muito no final do último século. Em 1958, a UNESCO definia como analfabeto um indivíduo que não conseguia ler ou escrever algo bem simples. Vinte anos depois, adotou-se o conceito de analfabetismo e alfabetismo funcional para definir as pessoas com conhecimentos rasos de escrita, leitura e números (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2006).

Afirmam Ribeiro, Vóvio e Moura (2002) que na década de 90, seguindo recomendações da UNESCO, o IBGE passou a divulgar, além dos índices de analfabetismo, índices de alfabetismo funcional, tomando como base não a autoavaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são alfabetizadas funcionais as pessoas com menos de quatro anos de estudo regular.

Ainda nos anos 90 houve aumento nos investimentos na formação de jovens e adultos, a fim de inserir na sociedade produtiva esta camada da população.

Atualmente os desafios da Educação de Jovens Adultos (SILVA, 2007, p. 16) passam por algumas questões: “O que se deve ensinar? O que se deve aprender? Que tipo de pessoas queremos formar e desenvolver? Que tipo de sociedade queremos construir?”

São distintos modos de valorização, incidência e apropriação do conhecimento e da experiência. Como esclarece Fiori (1967 apud FREIRE, 2009, p. 19),

alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura. A cultura letrada conscientiza a cultura: a consciência historiadora auto manifesta à consciência sua condição essencial de consciência histórica.

A prática docente não é inferior, nem superior, mas requer uma atitude ética e responsabilidade desprovida de preconceitos. Educar jovens e adultos que trazem na bagagem da vida sua história, cultura, vícios e credices é tarefa árdua e de alto valor. São inúmeras as marcas deixadas na trajetória de cada um e a atuação do docente requer compreensão, devoção e fé na capacidade que estes alunos tem de prosperar no âmbito instrucional. A alfabetização faz parte de um processo bem mais amplo do que o ensino elementar na concepção de Freire (2005a, p.112):

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após um dia de trabalho ou de um dia sem “trabalho”, lições que falam de asa – “Pedro viu a asa”- “A asa é da ave”. Lições que falam de Evas e de uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas. “Eva viu a uva”. Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação.

Afirma Saviani (2007, p. 56) que, na primeira metade da década de 60, "a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização". A partir daí, a expressão "educação popular" assume o sentido de uma "educação do povo, pelo povo e para o povo". Nesse contexto, a educação de jovens e adultos ganha relevância e passa a fazer parte de programas educativos empresariais, sobretudo no segmento da construção civil, que tinha a força de trabalho constituída pela grande maioria de nordestinos, que estabeleciam como meta erradicar o analfabetismo entre os seus empregados.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967). O MOBRAL propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". Na verdade, foi uma iniciativa do governo militar que durou o período de vigência da ditadura brasileira.

Claramente o objetivo do MOBRAL relacionava a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. Com isso o Brasil produziu milhares de alfabetizados funcionais que se inseriram no mercado de trabalho, declarando ter o ensino primário, mas com rasos conhecimentos de português e matemática.

Naquela época, a alfabetização de jovens adultos não parecia ser um desafio para o Brasil. Weffort (apud FREIRE, 2005a) afirma que o aprendizado é bastante

rápido, pois não são necessários mais de 30 dias para alfabetizar um adulto, segundo a experiência brasileira.

1.1 UNESCO: ALFABETIZAÇÃO COMO LIBERDADE

A UNESCO tem atualmente uma concepção da alfabetização mais ampla quanto ao tempo necessário ao domínio de conhecimentos e competências, no que se refere às novas e variadas linguagens utilizadas no mundo contemporâneo, e quanto aos caminhos para atingir os objetivos, assim como em relação à flexibilidade e à diversificação de públicos.

Estima-se que o processo de aprendizado da leitura e da escrita possa levar em torno de seis ou sete anos de escolaridade e o pleno domínio da escrita exija 12 anos de estudos. Não é um processo rápido, ele se estende ao longo da vida e acompanha o amadurecimento da criança e do jovem na busca do saber.

Embora as comunicações eletrônicas não tenham substituído a alfabetização impressa, o analfabetismo é um divisor digital, separando incluídos e excluídos das novas linguagens.

A preocupação da UNESCO (2008) com o analfabetismo está manifestada em especial pelo documento *A UNESCO e a Sociedade de Informação para Todos*. As alfabetizações, como conceito plural contemporâneo, implicam também a aceitação dos caminhos da educação formal e não-formal, assim como da educação presencial e da educação à distância. Na visão da UNESCO,

A alfabetização serve como instrumento vital para permitir que uma pessoa empregue conhecimento e informação para sua vida próspera e feliz, oferecendo, portanto, uma oportunidade generosa para o exercício consciente dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948 (UNESCO, 2008, p.18).

Esta é a Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012) e o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os objetivos de Educação para Todos até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas.

“Alfabetização como liberdade” é a mensagem que a UNESCO (2003) quer levar a todos os países. Ao declarar esta Década, a comunidade internacional

reconheceu que a promoção da alfabetização é de interesse de todos como parte dos esforços para a paz, o respeito e o intercâmbio em um mundo globalizado.

Amartya Sen, economista e escritor, prêmio Nobel de economia, em 1998, declarou no Relatório da UNESCO (2003) que existe um velho ditado bengalês que afirma que o conhecimento é um bem muito especial: quanto mais você dá, mais você tem disponível. Prover educação não apenas ilumina aquele que a recebe, mas também desenvolve aquele que a provê: professores, pais, amigos. A educação fundamental é um verdadeiro bem social, o qual as pessoas podem dividir e se beneficiar conjuntamente, sem ter que retirá-lo dos outros.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, apresentou como foco principal mais o tema educação básica do que a alfabetização não-formal de adultos. Já em 1997, a Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Confinte V), realizada em Hamburgo, na Alemanha, teve uma importância crucial no papel na aprendizagem de adultos e no trabalho de alfabetização (UNESCO, 2003, p. 8).

A *Declaração de Hamburgo*, assinada em 1997, definiu a alfabetização em termos amplos, como consistindo "no conhecimento e nas habilidades básicas necessários a todos num mundo em rápida transformação", como "um direito humano fundamental" e como uma capacidade necessária em si mesma, e "um dos alicerces das demais habilidades necessárias para a vida", segundo relata o documento da UNESCO (2003, p. 8).

A alfabetização foi colocada no contexto da educação de adultos, do aprendizado por toda a vida e da sociedade do aprendizado. O compromisso com a alfabetização articulado na Agenda para o Futuro (UNESCO, 2003) tomou como ponto de partida concepções mais antigas para a formulação de seus três compromissos específicos: vincular a alfabetização às aspirações de desenvolvimento social, cultural e econômico dos alunos; elevar a qualidade dos programas de alfabetização e enriquecer o ambiente da alfabetização, através da promoção da produção local de conhecimentos e de seu vínculo com a sociedade de conhecimento global.

Para o Fórum Mundial de Educação (UNESCO, 2000), realizado em Dacar, no Senegal, houve um levantamento extenso e aprofundado sobre a situação da educação básica. Essa avaliação revelou que, tanto no âmbito da alfabetização, as

metas de Jomtien não haviam sido alcançadas, embora avanços significativos tivessem ocorrido.

Durante os 10 anos anteriores, o índice global de alfabetização de adultos havia aumentado de 75% para 80%. No entanto, o número absoluto de adultos analfabetos no mundo apresenta apenas um ligeiro decréscimo, de 879 milhões para 861 milhões (UNESCO, 2003, p. 33).

O Fórum de Dacar (UNESCO, 2003) reforçou a visão sobre a educação básica expressa em Jomtien e estabeleceu seis metas a serem cumpridas até 2015. No que diz respeito à alfabetização, essas metas significavam "alcançar, até 2015, um aumento de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, principalmente entre mulheres, bem como acesso igualitário à educação básica e à educação continuada para todos os adultos" (UNESCO, 2003 p. 32). Porém, no planejamento, no financiamento e na implementação da Educação para Todos, fica evidente no relatório, a tendência a dar prioridade à escolarização formal para crianças, acompanhada do descuido da alfabetização de adultos.

Segundo o *Relatório de Monitoramento da Educação para Todos* (UNESCO, 2008), a alfabetização é fundamental para que os direitos individuais sejam alcançados, podendo gerar benefícios humanos e sociais, tanto quanto econômicos. A UNESCO afirma que a alfabetização é um direito humano, uma ferramenta de empoderamento pessoal e um meio para o desenvolvimento social e humano.

Atuando de forma mundial, a UNESCO (2006) chama a atenção dos países sobre a importância da alfabetização - assunto que não é prioridade política e sempre conta com poucos recursos. As operações do Programa de Letramento como Iniciativa para o Empoderamento, no idioma original *Literacy Initiative for Empowerment (Life)*, são dirigidas a cada país adequando às necessidades e prioridades específicas e correspondendo às capacidades nacionais.

O Programa *Life* (UNESCO, 2006) é considerado um marco estratégico mundial e um mecanismo operacional-chave para atingir objetivos e propósitos da Década das Nações Unidas para a Alfabetização. Através do Programa, a estratégia da UNESCO destaca a capacidade de estudantes por meio de práticas locais que deverão ser informadas através de pesquisas baseadas em evidências. O *Life* está sendo implementado por 10 anos, em 35 países com índices de alfabetização abaixo de 50%, ou com população com mais de 10 milhões de analfabetos, o que se aplica diretamente aos índices brasileiros.

A UNESCO (2010) estabeleceu uma premiação, através do Programa *Life* para projetos de alfabetização inovadores, e premiou no ano de 2009 o projeto do *Serve*, no Afeganistão; da Burkina Faso, na Coreia; do *Nirantar*, na Índia e das Filipinas.

O *Relatório de Monitoramento da Educação para Todos* (UNESCO, 2008, p.12) demonstra que a alfabetização é fundamental para que os direitos individuais sejam alcançados, podendo gerar benefícios humanos, sociais e econômicos, promovendo o empoderamento pessoal e sendo um meio para o desenvolvimento de um cidadão atuante na sociedade.

Segundo o *Relatório de Monitoramento da Educação para Todos* (UNESCO, 2008, p.12) há no mundo 774 milhões de adultos que não dispõem das competências elementares para ler, escrever e calcular, dos quais 64% são mulheres. O índice é definido a partir de levantamentos onde as pessoas declaram se têm ou não essas competências. Se as habilidades básicas como ler, escrever e calcular fossem medidas diretamente, sem dúvida o número de analfabetos seria muito mais elevado.

As nações em desenvolvimento com grande população no mundo formam um grupo denominado E – 9 (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão). Este grupo tem um papel fundamental a desempenhar na alfabetização e aprendizagem de adultos em áreas rurais, uma vez que cerca de 70% dos adultos analfabetos do mundo vivem nesses países.

“Na maior parte dos países não houve redução do número de adultos analfabetos, no decorrer da última década”, informa o *Relatório de Monitoramento da Educação para Todos* (UNESCO, 2008, p.12). Destaca o Relatório que, entre os 101 países que se encontram mais distantes da alfabetização universal, 72 não conseguirão diminuir em 50% a taxa de analfabetismo de adultos até 2015.

Entre os países do E-9, o Brasil apresenta taxa de analfabetismo semelhante à da China, Indonésia e México. Em relação aos outros países sul-americanos mais populosos, a taxa brasileira é equivalente apenas à do Peru e pior que a dos demais. No país havia, em 2005, cerca de 15 milhões de analfabetos absolutos, ou seja, pessoas que declaram não saber ler e escrever um bilhete simples. Isso correspondia a 11,1% da população.

As taxas de analfabetismo são mais altas nas pessoas de mais de 60 anos (31,1%), na região Nordeste (21,9%), na zona rural (25%) e na população negra ou parda (15,4%).

Diferente de alguns países do E-9 como Bangladesh, Egito, Índia, Indonésia e Paquistão, em que o analfabetismo dos adultos é expressivamente mais elevado entre as mulheres, a disparidade entre homens e mulheres no Brasil não é elevada. Ao contrário, a situação é ligeiramente mais favorável às mulheres, uma tendência que deve crescer como em muitos outros países, especialmente na população mais jovem, onde se encontra maior incidência de analfabetismo. Entre minorias étnicas, migrantes, indígenas e portadores de necessidades especiais também há mais analfabetos por se encontrarem mais frequentemente excluídos da educação formal e dos programas de alfabetização, revela o Relatório (UNESCO, 2008, p. 16).

Uma educação básica de qualidade prepara estudantes para enfrentar a vida e aprender mais; pais letrados estão mais propensos a enviarem seus filhos para a escola; pessoas letradas são mais bem capacitadas para conseguir contínuas oportunidades educacionais; e sociedades letradas estão mais bem equipadas para enfrentar desafios difíceis de desenvolvimento.

A falta de métricas específicas para a identificação dos níveis de alfabetismo funcional, motivou o Instituto Paulo Montenegro a criar o INAF.

O INAF (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2006, 2009) apura há quase 10 anos, através de testes e questionários aplicados em domicílio, um indicador que revela, por amostragem, o percentual de brasileiros que por terem conhecimentos rasos de leitura, escrita e números, apresentam dificuldades de compreensão de textos, problemas de matemática e dificuldades com o raciocínio lógico.

2 INDICADOR DO ALFABETISMO FUNCIONAL NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo apresenta os objetivos do Instituto Paulo Montenegro ao elaborar o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), assim como a classificação do nível de alfabetismo.

Para compreender as diferenças estabelecidas entre o analfabetismo e o alfabetismo funcional, deve-se abordar a conceituação dos termos adotados neste estudo. É considerado analfabeto o indivíduo que não tem habilidades de leitura e escrita, portanto não consegue interpretar textos e números em sua vida cotidiana. Já a definição de alfabetismo funcional passa por três níveis de classificação de conhecimentos de leitura, escrita e matemática. O alfabetizado funcional é capaz de identificar, compreender e operar atividades de letramento e numeramento, de acordo com seu grau de habilidade.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DO ALFABETISMO

O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos, administrada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião (IBOPE), que se dedica a desenvolver e executar projetos educacionais. O Instituto Paulo Montenegro considera a educação como fator decisivo para a redução das disparidades sociais e por ser capaz de, mesmo que indiretamente, melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros. Sabendo da importância de se monitorar os avanços do sistema educacional brasileiro e a consequente diminuição do analfabetismo, o Instituto Paulo Montenegro se empenhou em desenvolver ferramentas para avaliar os índices de letramento e numeramento da população criando assim o INAF (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, [200-]).

O Instituto Paulo Montenegro, com o apoio da ONG Ação Educativa, emprega todo o seu *expertise* para realizar entrevistas, pesquisas e análise para medir o INAF em amostras distribuídas por todo o território brasileiro.

O INAF é um indicador reconhecido pelo Educacenso, levantamento do Ministério da Educação (MEC) que trata dos números relativos à educação. O resultado do indicador é divulgado na mídia, a fim de fomentar o debate nacional sobre o modelo de educação para jovens e adultos, pois tem como objetivo medir o alfabetismo funcional da população adulta

O Censo de 2000, fez a seguinte pergunta: O (A) Sr.(a) sabe ler e escrever? Dessas pessoas, 21% afirmaram que sim, mesmo não tendo demonstrado essas habilidades no teste. Conclui-se que não há correlação entre a autoavaliação que os entrevistados fazem sobre suas capacidades de leitura e escrita e a real aplicação destes conhecimentos.

As pessoas têm dificuldades de se perceber e assumir seus saberes como eles realmente são. Segundo Freire (2005b, p. 58), mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade.

A questão não gira somente em torno de saber se as pessoas sabem ou não ler e escrever, mas também o que elas estão aptas ou não de fazer com essas habilidades. Entende-se que, além da preocupação com o analfabetismo, problema comum aos países mais pobres e também ao Brasil, emerge a preocupação com o alfabetismo funcional, ou seja, com a incapacidade de fazer uso pleno da leitura, da escrita e do cálculo e interpretação dos números nas diferentes oportunidades da vida social.

Para compreender as diferenças nos diversos níveis de alfabetismo, o Instituto Paulo Montenegro classificou o grau de alfabetização de acordo com algumas competências de letramento e numeramento que podem ser visualizadas, a seguir, no Quadro 1.

Muito além das palavras e conceitos, é considerada como alfabetizada funcional uma pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer às demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente.

A vida em sociedade, seja ela no contexto urbano ou rural, exige conhecimentos mínimos de numeramento e letramento para atividades básicas como interpretar uma placa, ler um receituário médico, fazer pequenos negócios ou dar e receber troco.

Devido à ausência de métricas estabelecidas pelo MEC para classificar o alfabetizado funcional, o IBGE, Instituto que é considerado como referência no levantamento populacional, pesquisa e publica o resultado dos censos demográficos, abordando somente o índice de analfabetos, isto é aqueles cujas habilidades de leitura e escrita são inexistentes. Esta população é representada

atualmente por 11% dos brasileiros, o que significa cerca de 15 milhões de pessoas (IBGE, 2009).

Classificação	Letramento (Português)	Numeramento (Matemática)
Analfabeto	não consegue realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases.	não consegue realizar operações básicas com números como ler o preço de um produto ou anotar um número de telefone.
Rudimentar	corresponde à capacidade de localizar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia o reconhecimento do conteúdo solicitado. Por exemplo, identificar o título de uma revista ou, em um anúncio, localizar a data em que se inicia uma campanha de vacinação ou a idade a partir da qual a vacina pode ser tomada.	corresponde à capacidade de ler números em contextos específicos como preço, horário, números de telefone, etc.
Básico	corresponde à capacidade de localizar informações em textos curtos (por exemplo, em uma carta reclamando de um defeito em uma geladeira comprada, identificar o defeito apresentado; localizar informações em textos de extensão média).	corresponde à capacidade de dominar completamente a leitura de números, resolver operações usuais envolvendo soma, subtração e até multiplicação, recorrendo facilmente à calculadora, mas não possuindo a capacidade de identificar a existência de relação de proporcionalidade.
Pleno	corresponde à capacidade de ler textos longos, orientando-se por subtítulos, localizando mais de uma informação, de acordo com condições estabelecidas, relacionando partes de um texto, comparando dois textos, realizando inferências e sínteses.	corresponde à capacidade de controlar uma estratégia na resolução de problemas mais complexos, com execuções de uma série de operações relacionadas entre si, apresentando familiaridades com mapas e gráficos, e não apresentando dificuldades em relação à matemática.

Quadro 1: Classificação dos níveis de alfabetismo elaborado pelo INAF.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

Para assegurar a integridade do indicador, o Instituto realiza parcerias com entidades dedicadas à educação, e com isso obtém uma equipe de profissionais com abrangente experiência em nivelamento da educação de adultos.

Diferentemente de outros indicadores, tais como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), Prova Brasil etc, o INAF não se limita a retratar a situação da população que atualmente frequenta a escola e sim todos os brasileiros de 15 a 64 anos, estejam ou não estudando. Os resultados do INAF revelam, portanto, as condições de alfabetismo de uma população que majoritariamente já integra a força de trabalho e é composta por consumidores, eleitores, chefes de família etc. Com foco nessa população, a pesquisa avalia habilidades necessárias para viver em uma sociedade letrada, exercendo com autonomia seus direitos e responsabilidades. Tais habilidades resultam da educação continuada, que abarca tanto o ensino formal quanto o não formal e as oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a vida (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2006, p. 5).

O analfabetismo é uma condição que excluiu o cidadão da vida social, devido às limitações geradas que causam, a todo momento, constrangimento e abalam a autoestima do analfabeto. Já o alfabetismo funcional atua como uma máscara para os índices oficiais da educação formal.

2.2 INVESTIMENTO PRIVADO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Um exemplo de sucesso de alfabetização de adultos para combater a exclusão do mundo do trabalho é o projeto desenvolvido em pequena vila do interior de Ilhéus, Bahia. Um trabalho de cunho social, coordenado por quatro empresários do local, resultou na formatura de 24 trabalhadores no ensino médio, em 2009, através da iniciativa privada.

O projeto educacional surgiu na Lagoa do Cassange, uma vila de pescadores com 500 habitantes, localizada na Baía de Camamu, em Ilhéus. Lá na vila, a vida passa devagar, a energia elétrica nem sempre é uma constante e o acesso a escola regular é um desafio diário, pois fica a uma hora e meia de caminhada.

Grande parte dos moradores da Lagoa são semialfabetizados e vivem da pesca e da extração do coco. As atividades turísticas da região ficam deficientes com a participação do alfabetizado funcional, que acaba perdendo seu espaço no mercado de trabalho local para os moradores de outros vilarejos, onde a escolaridade é proporcionada. Ao perceber que os empregados da Pousada Lagoa do Cassange, embora autodeclarados alfabetizados, não sabiam preencher um relatório de consumo de frigobar, uma ficha de hóspede ou mesmo ler e interpretar um pedido de reserva, os empresários à frente da gestão da Pousada resolveram criar a Escola Giovanni Giuliano. A Escola nasceu em 2004, com a iniciativa do

professor italiano aposentado, Professor Jullis, 84 anos, que empresta seu nome ao projeto (Figura 1).

A escola é rústica, as paredes são de sapé, o chão de terra, mas nenhum dia de aula foi cancelado por falta de energia elétrica ou ausência de professor. Segundo Marcelo Monteiro, sócio da Pousada e um dos idealizadores da escola, houve dias de se colocar um gerador de energia para realizar a aula. A escola, de sala única, com modestos recursos instrucionais (quadro branco, livros, globo terrestre e um aparelho de televisão) é aqui retratada (Figuras 2, 3 e 4).



Figura 1: Professor Jullis rodeado por Marcelo, Isney e Flavio, sócios da Pousada.
Fonte: A autora (2009).



Figura 2: A escola.
Fonte: A autora (2009).



Figura 3: A sala de aula.
Fonte: A autora (2009).



Figura 4: Recursos instrucionais.
Fonte: A autora (2009).

O Professor Jullis firmou convênio com a Escola Estadual de Ilhéus para que esta aplicasse as provas e legitimasse a documentação e o processo de aprovação dos alunos. Com isto, trouxe o método de tele-aulas com apoio de monitoria, que ele

mesmo realizava e assim ofereceu o ensino fundamental II e o ensino médio para 26 alunos, todos moradores dos arredores.

O projeto obteve êxito formando os alunos em 2009, com evasão de apenas duas pessoas em cinco anos. Os formados possuem diploma de conclusão do ensino médio, emitido pela Escola Estadual de Ilhéus e ainda adquiriram no currículo conhecimentos de inglês, turismo e meio-ambiente para atender à demanda turística do local.

O Professor Jullis desenvolveu o potencial da turma que encontrou em uma região onde o valor do conhecimento era dirigido apenas aos braços da força de trabalho, investiu e hoje colhe os resultados vendo metade dos seus alunos empregados no setor turístico, dois atuando na Prefeitura, alguns no comércio de Ilhéus, entre outras oportunidades.

O resultado positivo do projeto motivou mais um avanço: Jullis sonha com a inclusão digital dos jovens e, como ele busca realizar seus sonhos com a atitude prática, buscou convênio com a Fundação Roberto Marinho, que já forneceu 10 computadores, impressoras e o modelo didático-pedagógico de um curso técnico de microinformática.

Em breve, a pequena Lagoa do Cassange vai se conectar ao mundo e diminuir suas fronteiras de conhecimento.

2.3 COMO AVALIAR OS CONHECIMENTOS

O letramento, palavra originada do inglês *Literacy*, abrange o processo de desenvolvimento das habilidades e conhecimentos necessários para uma participação adequada nas práticas sociais que envolvem a leitura, a escrita e os conhecimentos matemáticos.

Quando um indivíduo afirma que sabe ler e escrever pressupõe que ele sabe lidar com os diferentes textos que circulam na sociedade como, por exemplo, os usos sociais, na leitura e escrita de bilhetes, cartas, receitas, leitura da bíblia, dos textos da literatura, de notícias, de artigos, entre outros.

Saber ler implica ir muito além das sílabas, das palavras ou das frases soltas. O cotidiano impõe problemas difíceis de leitura e escrita de textos.

Por sua vez, o domínio do numeramento prevê a construção de conceitos matemáticos e domínio de capacidades relacionadas aos usos sociais. Ler números

nos livros, nos cartazes, nos jornais, nas revistas, nos documentos pessoais, nas contas de água, de luz, de telefone, nos contratos de trabalho, em orçamentos, em notas fiscais, em folhetos de propagandas etc. Realizar operações para resolver problemas: no ônibus, na feira, no trabalho...

O alfabetismo funcional é um conceito relativo, pois depende das necessidades de leitura e escrita exigidas pela sociedade, assim como das expectativas educacionais que se sustentam politicamente. Este é o motivo pelo qual nos países pobres se adota o critério de quatro anos de estudo. Nos países da América do Norte e da Europa, tomam-se oito ou nove anos como patamar mínimo para se atingir o alfabetismo funcional.

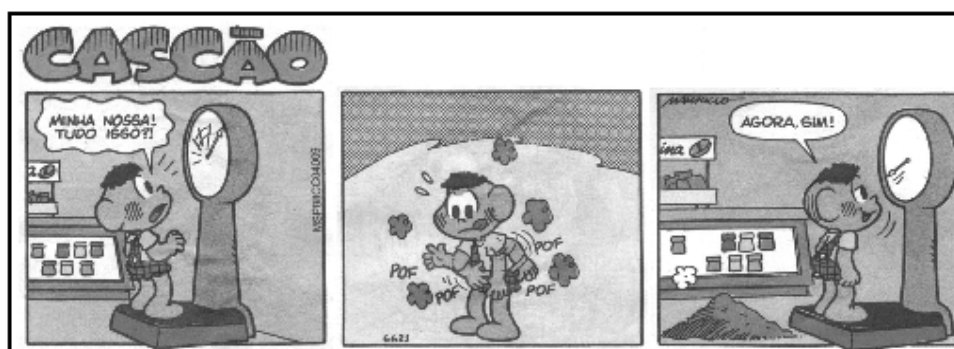
A escolaridade de oito ou até 11 anos já foi estendida para praticamente toda a população e muitos países da América do Norte e Europa estão preocupados com o nível de letramento da população, tendo em vista, principalmente, a inclusão deste grupo no cenário competitivo do mercado globalizado.

Esses países dedicaram os últimos anos a realizar pesquisas amostrais para verificar os níveis de habilidades e usos da leitura e da escrita na população adulta (MURRAY apud RIBEIRO; VÓVIO; MOURA, 2002).

A intenção não era buscar a equidade ou o divisor de águas entre o alfabetizado funcional e o analfabeto, mas analisar e classificar os níveis de alfabetismo ou letramento da população pesquisada em testes de leitura.

A dificuldade em interpretar a linguagem não-verbal, a capacidade de ler e compreender pequenos textos é evidente para aqueles que não frequentaram a escola mais de quatro anos. O Quadro 2 ilustra um item de interpretação de texto, utilizando a linguagem verbal e não-verbal, através da história em quadrinhos, utilizado pelo teste do INAF.

Leia a história do Cascão



3 O Cascão estava mais pesado do que o seu peso normal porque

- A) tinha comido muito.
- B) estava com a Magali.
- C) estava muito sujo.
- D) tinha muitas balas no bolso.

Quadro 2: Questão do teste de leitura.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

Este exemplo evidencia que o processo de alfabetização pode ser resumido na apropriação do sistema de escrita, conquistando os princípios alfabéticos e ortográficos indispensáveis para domínio de leitura e escrita.

Para responder corretamente esta questão é necessário estar no nível 4 da escala de proficiência em leitura, que prevê que o respondente tenha compreensão do princípio alfabético da escrita, conheça a composição de algumas palavras envolvendo sílabas complexas e domine a utilização de critérios para definição do que é sílaba, palavra e frase. Ainda neste nível de proficiência, o leitor apresenta menor dependência do contexto e aumento da capacidade de coordenar habilidades de codificação e decodificação com as de construção de significado. Mostra recuperação de informação explícita em início de pequenos textos escolares, além de familiarização com alguns gêneros textuais (quadrinhos, rótulos).

Na América Latina e no Brasil em especial, a questão do analfabetismo tem características específicas e complexas, porém não há disponibilidade de informações ou pesquisas para análise e avaliação. É necessário enfrentar ao mesmo tempo problemas novos e os antigos. Por um lado, é preciso elevar a qualificação da força de trabalho em todos os níveis, tendo em vista a participação nos setores de ponta da economia mundializada e o fortalecimento das instituições democráticas; por outro lado, tem-se ainda que enfrentar problemas graves relacionados ao subdesenvolvimento: grandes déficits de escolarização fundamental, níveis elevados de desigualdade e exclusão social.

A necessidade de contar com informações confiáveis para enfrentar esses desafios é que motivou a criação de um indicador que traduzisse o analfabetismo funcional no país, o INAF. Seu objetivo é gerar informações que ajudem a dimensionar e compreender o problema e fomentem o debate público sobre ele e orientem a formulação de políticas educacionais e propostas pedagógicas.

Dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) resumem informações referente à capacidade de ler e escrever de cada pessoa. Porém, os dados vêm a partir da declaração do respondente, sem nenhum teste comprobatório, ou seja, quem responde à entrevista julga e informa se os residentes do domicílio sabem ler e escrever.

As desvantagens desta medida é que o indicador não é o ideal por ser obtido por meio de uma declaração e não por testes padronizados da alfabetização do aluno, tornando superestimados tais percentuais.

No caso do INAF, testes práticos são aplicados para aferir a capacidade de leitura e escrita em amostras representativas da população brasileira de 15 anos ou mais, porém não é possível identificar a idade ou período em que se deu o processo de alfabetização, ou seja, não se sabe o percentual de brasileiros que já estava alfabetizado ao completar 8 anos.

BraMAT – C6D11N2

Página 15

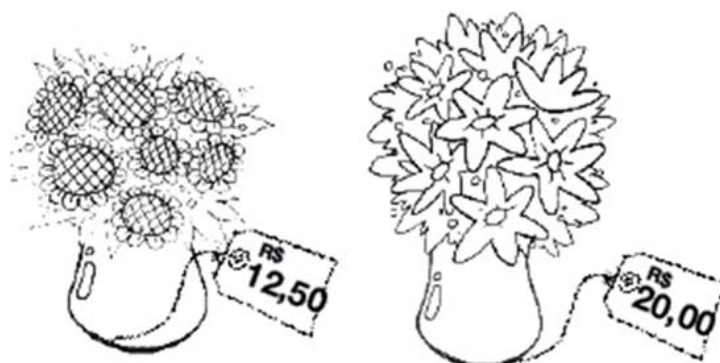
Instruções para o aplicador

MOSTRAR QUESTÃO E DIZER:

Alcides é artesão e produz arranjos de flores artificiais. Na feira de domingo, ele levou dos arranjos que ele fez na semana. Vou ler o problema que está escrito aí: “O artesão Alcides arrecadou doze reais e cinquenta centavos com a venda de um arranjo de flores e vinte reais com a venda de outro arranjo. Quanto Alcides arrecadou com a venda desses dois arranjos?” Vocês devem riscar a placa em que está escrita a quantia que Alcides arrecadou.

SE NECESSÁRIO, REPETIR A INSTRUÇÃO.

O artesão Alcides arrecadou R\$ 12,50 com a venda de um arranjo de flores e R\$ 20,00 com a venda de outro arranjo. Quanto Alcides arrecadou com a venda desses dois arranjos?



R\$ 21, 50

R\$ 22, 50

R\$ 32, 50

R\$ 14, 50

Registro

O aluno pode circular ou riscar a placa, ou mesmo escrever a resposta. Caso faça isso corretamente, considerar a resposta correta.

Resposta Correta: Placa 3 ou R\$ 32,50 ou 32,50.

Teste Cognitivo Matemática Saída Aplicador

Quadro 3: Questão do teste de Matemática.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

A habilidade com números é adquirida logo cedo nos jogos da infância (contar pontos, contar idade, comprar e vender figurinhas, etc) e assimilada ao longo da vida. Mesmo para um analfabeto o uso dos números é comum em varias aplicações da rotina, como, por exemplo, o número do ônibus, do telefone e mesmo saber avaliar a sua própria idade. Porém, o aprimoramento de habilidades e competências para lidar com números depende de mais escolaridade do que a prática e domínio da leitura. O Quadro 3 ilustra uma questão de matemática que serve para avaliar se o respondente sabe resolver um problema em que ele terá que somar quantias em dinheiro para obter a resposta. Neste caso, é permitido fazer conta de cabeça, contando nos dedos, por escrito ou por qualquer outro método.

2.4 O DESEMPENHO EM 2009

Ao longo do período avaliado pelo Instituto Paulo Montenegro (2001-2009), o INAF vem se estabelecendo como indicador nacional de alfabetismo e evidenciando a evolução dos resultados nos segmentos classificados. Os números de 2009 revelam importantes avanços no alfabetismo funcional dos brasileiros entre 15 e 64 anos. Houve uma redução na proporção dos chamados "analfabetos absolutos" de 9% para 7%, entre 2007 e 2009, acompanhada por uma queda ainda mais expressiva, de seis pontos percentuais no nível rudimentar, o que amplia consideravelmente a proporção de brasileiros adultos classificados como funcionalmente alfabetizados. O nível básico continua apresentando um contínuo crescimento, passando de 34% em 2001-2002 para 47% em 2009.

Já o nível pleno de alfabetismo não mostra crescimento, oscilando dentro da margem de erro da pesquisa e mantendo-se em, aproximadamente, um quarto do total de brasileiros, conforme os dados da Tabela 2.

Tabela 2: INAF/BRASIL: Evolução do indicador de analfabetismo: população de 15 a 64 anos (%).

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009
Analfabeto	12	13	12	11	9	7
Rudimentar	27	26	26	26	25	21
Básico	34	36	37	38	38	47
Pleno	26	25	25	26	28	25

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2009).

Para uma das responsáveis pela análise do INAF 2009, Vera Ribeiro, coordenadora de programas da Ação Educativa, o aumento da escolaridade também implica numa nova realidade para uma população que antes não tinha acesso ao ensino, gerando novos desafios. À medida que o ensino fundamental se universaliza, pessoas com menos recursos vão à escola, enfrentando maiores desafios para aprender, por conta tanto de condições de vida mais precárias como de um ensino empobrecido. Têm sido necessários tempo e esforços dos sistemas de ensino para que a ampliação do acesso se reverta também em ampliação da aprendizagem, afirma a Coordenadora (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009).

A Tabela 3 apresenta os níveis de alfabetização apurados no INAF 2009, onde se registram entrevistados que declaram ter cursado o ensino superior e foram classificados, através dos testes e entrevistas, como alfabetizados de nível rudimentar e básico.

Tabela 3. INAF/BRASIL: Nível de alfabetismo, segundo a escolaridade: população de 15 a 64 anos (%).

	Nenhuma	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Ensino Superior
Analfabeto	66	10	0	0	0
Rudimentar	29	44	24	6	1
Básico	4	41	61	56	31
Pleno	1	6	15	38	68
Analfabetos Funcionais	95	54	24	6	1
Alfabetizados Funcionalmente	5	46	76	94	99

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2009).

O INAF avalia a amostra selecionada e a classifica, conforme os critérios adotados, para obter o índice de alfabetismo. A avaliação é um misto de autoavaliação, entrevista conduzida e testes que comprovam habilidades de numeramento e letramento. Portanto, trabalha-se com fidedignidade dos dados, ética na abordagem com o entrevistado, e um modelo de questionário e de testes adequado a cada nível de alfabetização.

2.4.1 Revisão metodológica do INAF

Após a aplicação de cerca de 10 mil testes, realizados ao longo de 5 anos de apuração do Indicador em diversas regiões do Brasil, nas áreas rural e urbana, o INAF reavaliou a metodologia e decidiu aperfeiçoá-la adotando a Teoria de Resposta ao Item.

Na primeira fase de apuração do INAF, o estudo foi realizado através da aplicação de testes práticos em domicílios, acompanhados de um questionário que permitia identificar as características sócio-demográficas e a rotina dos entrevistados. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados no total da amostra. O INAF foi publicado anualmente entre 2001 e 2005, enfocando alternadamente habilidades de leitura/escrita (2001, 2003 e 2005) e habilidades matemáticas (2002 e 2004).

De acordo com o INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (2006), a definição de amostra, a coleta dos dados e o processamento são feitos por especialistas do IBOPE Opinião. Para o desenvolvimento dos instrumentos de medição de habilidades, assim como para interpretação dos resultados, o INAF conta com o conhecimento dos profissionais da ONG Ação Educativa, uma organização dedicada a projetos de alfabetização de jovens e adultos.

A revisão metodológica e a opção pela Teoria de Resposta ao Item para os levantamentos a partir de 2006 foi uma iniciativa de adotar a aplicação mais frequentemente utilizada em avaliações de habilidades e conhecimentos em testes de múltipla escolha. A Teoria da Resposta ao Item também é válida para testes dissertativos, além de auxiliar a obter uma medida indireta de alguma característica do contexto avaliado.

No Brasil, o principal programa de avaliação que utiliza a Teoria da Resposta ao Item é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que desde sua criação em 1995 a utiliza para estimar as habilidades e conhecimentos dos alunos do ensino básico e médio das escolas públicas brasileiras através de amostragem do universo desses alunos (INEP, 2005).

2.4.2 Matriz de referência do INAF para medição direta de habilidades

Para analisar a capacidade de compreensão do leitor sobre a informação escrita é necessário um conhecimento rudimentar de elementos da linguagem escrita e até mesmo de operações cognitivas complexas para decifrar a informação.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro, o nível de conhecimento deve ser mensurado por meio de escalas de proficiência desenvolvidas com base na Teoria da Resposta ao Item. Esta metodologia estatística foi adotada, pois descreve os parâmetros dos itens (tarefas de alfabetismo apresentadas aos entrevistados) quanto a seu nível de dificuldade e poder de discriminação, atribuindo, com base nesses valores, um escore de proficiência a cada pessoa de acordo com seu desempenho no teste.

A análise das tarefas que os entrevistados situados nos diferentes pontos da escala de proficiência acertam permite descrever estes níveis de proficiência de acordo com as habilidades de alfabetismo que os caracterizam.

A matriz de referência destaca que, entre os anos de 2001 e 2005, o INAF realizou levantamentos utilizando alternadamente um teste de habilidades de leitura e outro de matemática, construindo para cada um desses domínios uma escala específica.

Em 2006, houve um aprimoramento na metodologia e foram aplicados os dois testes para a mesma amostra. Sobre os resultados obtidos realizou-se uma análise fatorial que evidenciou a unidimensionalidade do teste, sugerindo que os domínios de leitura e habilidades matemáticas poderiam, do ponto de vista psicométrico, ser tratados como um único construto: o alfabetismo funcional.

Em 2007, pela primeira vez, aplicou-se a uma amostra nacional de brasileiros entre 15 e 64 anos um teste que continha itens de leitura e matemática, cujos resultados também confirmaram sua unidimensionalidade. O resultado, evidenciado pela análise qualitativa das habilidades de leitura e matemática que caracterizam cada nível de proficiência, fundamentou a decisão de se produzir uma escala única de proficiência em alfabetismo funcional, abordando-o como competência complexa, relacionada ao processamento de textos escritos de uso corrente, onde encontram-se tanto informações verbais quanto numéricas.

Textos habitualmente utilizados na mídia, no ambiente doméstico e no trabalho fazem parte dos itens que compõe o conjunto de leituras comumente

utilizado pela população adulta. Entre os textos que se prestam à leitura de informação e também nos literários o INAF distingue os contínuos e não contínuos. Os tipos principais em cada uma dessas categorias, que são utilizados nos testes, encontram-se no Quadro 4.

Textos informativos	
Contínuos	Não contínuos
Descritivo	Anúncio
Narrativo	Formulário
Expositivo	Tabela
Argumentativo	Gráfico
Instrucional/normativo	Diagrama
Mapa	
Textos literários	
Crônica	Poema
Historieta; fábula	Letra de música
Conto	Histórias em quadrinhos
Passagem de narrativas longas	

Quadro 4: Tipos de textos informativos e literários.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2009).

O INAF enfatiza que as habilidades funcionais e elementares são fundamentais para lidar com o texto escrito e alcançar o conteúdo e o significado do contexto. Como habilidades funcionais são verificadas se o entrevistado tem noções de Localização, Integração, Elaboração e Avaliação no texto apresentado. Já nas habilidades elementares há o reconhecimento de letras, algarismos e sinais gráficos usuais, a leitura de números e palavras e o reconhecimento do tipo ou finalidade de textos e instrumentos e registro escrito. Uma série de descritores são adotados para mensurar no teste a habilidade do entrevistado (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009).

2.4.3. Descritores das habilidades funcionais

As listas dos descritores apresentam o detalhamento e o diferencial entre as habilidades mínimas necessárias para o alfabetizado ter bom desempenho com questões que envolvam conhecimentos de português e matemática.

Tanto para letramento, como para numeramento, os descritores exigem um nível de proficiência no assunto para ter a capacidade de cumprir o descritor.

Descritores de Localização	
Letramento	
LELOC01	Localizar uma informação cuja disposição no texto é saliente ou canônica (título, autor, remetente, destinatário).
LELOC02	Localizar uma ou mais unidades de informação explícita(s), expressa(s) de forma literal ou realizando pequenas inferências (a informação do texto corresponde literalmente à forma da consigna)
LELOC03	Selecionar uma ou mais unidades de informação, observando uma ou múltiplas condições.
Numeramento	
NULOC01	Localizar informações numéricas (indicação de quantidade, registro de datas, horários ou períodos, preço, códigos, etc) em textos diversos (avisos, notícias, especificações técnicas, rótulos, etc.)
NULOC02	Ler relógio de ponteiro ou digital e outros aparelhos de medida comuns (balança, régua ou recipiente graduado em mililitros ou fração do litro, fita métrica, termômetro).
NULOC03	Localizar informações em calendários.
NULOC04	Localizar informações numéricas em diferentes formatos de tabelas.
NULOC05	Localizar informações numéricas em gráficos de coluna, setor e linhas.

Descritores de Integração	
Letramento	
LEINT01	Identificar posição de nome ou palavra em lista ordenada alfabeticamente.
LEINT02	Reconhecer o referente de termo substituto (pronomes, sinônimos, expressões anafóricas, siglas, nomenclatura científica ou popular).
LEINT03	Reconhecer e utilizar elementos de referência externos ao corpo de texto (índice, sumário, glossário, nota de rodapé, nota bibliográfica).
LEINT04	Identificar relações de causa/conseqüência quando não explícitas.
LEINT05	Comparar afirmações, proposições, argumentos, fatos, características de coisas ou processos, acontecimentos, prescrições, etc. (por exemplo, qual dos comentários é o menos favorável, qual remédio tem mais contra-indicações, etc.).
LEINT06	Identificar semelhanças ou diferenças entre aspectos descritos, argumentos, orientações, processos, etc.
LEINT07	Identificar evidências que fundamentam afirmação ou argumento.
LEINT08	Relacionar regra ou generalização com caso(s) particulare(s).
LEINT09	Identificar relações entre personagens de uma narrativa.
LEINT10	Reconhecer características do personagem com base em suas ações.
LEINT11	Sintetizar acontecimentos que constituem o conflito ou o desfecho de uma narrativa.
LEINT12	Sintetizar o foco narrativo (que conta a história).
LEINT13	Reconhecer o efeito de sentido ou estético de certas escolhas lexicais ou sintáticas, do uso de figuras de linguagem ou sinais de pontuação.
LEINT14	Identificar posicionamento implícito do autor ou narrador ou a moral implícita de uma historieta ou fábula.

(Continuação)

(Continuação)

Numeramento	
NUINT01	Realizar contagens de coleções pequenas e coleções maiores, com elementos organizados ou dispersos, parcialmente visíveis ou que exigem recorrer a estratégias de agrupamento.
NUINT02	Contar cédulas e/ou moedas para conhecer o valor total ou obter um valor total dado.
NUINT03	Comparar números (códigos, indicadores de quantidade ou ordem, valores monetários, medidas, datas): maior/menor, mais/menos, antes/depois, igualdade/diferença, dentro/fora de intervalos.
NUINT04	Reconhecer a relação entre o que se mede, a unidade de medida utilizada e a expressão da medida.
NUINT05	Reconhecer a relação de proporcionalidade direta ou inversa entre grandezas, em contextos cotidianos.
NUINT06	Resolver situações problema envolvendo adição, subtração, multiplicação ou divisão.
NUINT07	Resolver situação problema envolvendo noção de dobro, metade e números fracionários usuais ($\frac{1}{2}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{1}{3}$).
NUINT08	Identificar a parte e o total a que se refere uma informação fracionária ou percentual.

 Descritores de Elaboração

Letramento

LEELA01	Preencher formulários.
LEELA02	Elaborar síntese de texto.
LEELA03	Elaborar um texto (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos do texto ou contexto dado.
LEELA04	Reescrever um trecho de uma narrativa modificando ação ou reação de um personagem, ou desfecho.

Numeramento

NUELA01	Resolver situações problema, relativos a tarefas ou contextos cotidianos, que envolvem diversas etapas, com retomada de resultados parciais (calcular preços com desconto percentual, totalizar compra de quantidades diferentes de vários produtos, somar e dividir em partes iguais, etc.).
NUELA02	Preencher formulário com informação numérica.
NUELA03	Inserir ou organizar dados em uma tabela.
NUELA04	Representar dados em um gráfico de colunas, linha ou setor.
NUELA05	Elaborar uma mensagem, descrição, exposição ou argumentação com base em informações quantitativas retiradas de textos (inclusive tabelas e gráficos) ou contexto dado.
NUELA06	Descrever verbalmente um trajeto, usando informações sobre posição, direção e sentido indicadas num mapa, croqui ou planta.

(Continuação)

(Continuação)

Descritores de Avaliação	
Letramento	
LEAVA01	Confrontar idéias do texto ou a moral da história com sua própria opinião, vivência ou visão de mundo, ou ainda com padrões morais ou idéias de senso comum.
LEAVA02	Julgar a clareza e a suficiência das informações do texto.
LEAVA03	Avaliar a veracidade de uma narrativa, aplicabilidade de uma prescrição, coerência de uma argumentação.
LEAVA04	Opinar sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto.
Numeramento	
NUAVA01	Estimar medidas ou grandezas, guardando coerência com informações prestadas e/ou com o que é razoável no contexto.
NUAVA02	Avaliar a suficiência e/ou consistência dos dados ou deles com a solução de um problema.
NUAVA03	Reconhecer os efeitos de sentido (ênfases, apagamentos ou distorções) provocados pela escolha de certos modos de representação de informação quantitativa (forma do gráfico, escala, escolha do padrão de comparação, escolha do intervalo estudado, escolha do total usado como referência para dados percentuais, escolha da unidade ou do sistema de medidas).

2.4.4 Descritores das habilidades elementares

Reconhecimento de letras, algarismos e sinais gráficos usuais	
Letramento	
LELAS01	Diferenciar letras de outros sinais gráficos.
LELAS02	Reconhecer uma letra dada (pelo nome ou como inicial de palavra ditada ou representada graficamente).
LELAS03	Reconhecer uma mesma letra grafada em diferentes tipos (maiúsculas e minúsculas, cursiva e imprensa, tipos de fonte).
LELAS04	Identificar (pelo nome ou função) sinais de pontuação (ponto final, vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação, travessão, dois pontos).
Numeramento	
NULAS01	Diferenciar algarismos (arábicos) de outros sinais gráficos.
NULAS02	Identificar um algarismo (associá-lo ao seu nome e/ou ao valor que representa).
NULAS03	Reconhecer um mesmo algarismo grafado em diferentes tipos (cursivo e imprensa, tipos de fonte).
NULAS04	Identificar (pelo nome ou função) sinais matemáticos que são usuais também em contextos não-escolares (+, -, x, =, ÷, ½, %).

(Continuação)

(Continuação)

Reconhecimento de números e palavras; fluência	
Letramento	
LENPF01	Reconhecer determinada palavra (ditado) num conjunto dado de palavras escritas.
LENPF02	Reconhecer determinada palavra numa sentença.
LENPF03	Associar palavra ou sentença à imagem correspondente.
LENPF04	Ler palavras em voz alta.
LENPF05	Ler em voz alta sentenças ou pequenos textos.
Numeramento	
NUNPF01	Associar número à imagem correspondente (representando quantidade ou ordem).
NUNPF02	Reconhecer determinado número (ditado), num impresso com outras informações numéricas.
NUNPF03	Ler em voz alta números em contextos cotidianos (preços, horários, datas, números de casas) ou números maiores fora de contextos familiares (acima da casa dos milhões, com zeros intercalados, etc.).
Reconhecimento do tipo ou finalidade de textos/instrumentos	
Letramento	
LEFTI01	Reconhecer diferentes tipos de materiais escritos pela configuração (jornal, aviso, convite, receitas, dicionários, agenda, cartas, listas, etc).
LEFTI02	Identificar assunto ou finalidade de textos pela configuração ou elementos salientes (títulos e imagens).
Numeramento	
NUFTI01	Reconhecer o tipo ou a função de textos numéricos (horário, data, medida, preço, número de ônibus, placa de automóvel, número de telefone, número de documento).
NUFTI02	Identificar a finalidade de um instrumento de medida ou selecionar instrumento adequado para realizar uma medição.
Registro escrito	
Letramento	
LERS01	Escrever palavras ou sentenças ditadas.
Numeramento	
NURS01	Escrever números ditados (pequenos ou grandes, com ou sem zeros intermediários).

Nota-se que alguns descritores prescindem de conhecimentos básicos e essenciais de numeramento e letramento, além de recursos de memória e prática frequente da escrita ou leitura para serem atingidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ABORDAGEM

O processo de avaliação dos entrevistados pelo IBOPE, para identificar e classificar o nível de alfabetismo foi avaliado, buscando a análise e compreensão se a metodologia utilizada atende aos objetivos e se os resultados alcançados são fidedignos e retratam a situação da educação brasileira de jovens e adultos.

Para analisar este processo avaliativo foram utilizados padrões de avaliação para validar as etapas de levantamento do INAF e verificar se ela cumpre a sua finalidade, isto é, se realiza todo o seu potencial.

Para se julgar a avaliação em sua abrangência e eficácia é coerente partir de uma lista de critérios considerados como padrão de melhores práticas para se obter uma boa avaliação.

No final da década de 70, segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), o Comitê Conjunto sobre Padrões para a Avaliação Educacional, originalmente *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, desenvolveu um conjunto de diretrizes para avaliações educacionais, contendo padrões de concordância geral sobre a qualidade da avaliação. O resultado deste trabalho do *Joint Committee* ficou estabelecido como sendo os Padrões de Avaliação para Programas, Projetos e Materiais Educacionais. O estudo trata de

uma linguagem comum para facilitar a comunicação e a colaboração num estudo avaliatório; um conjunto de regras gerais para lidar com um grande número de problemas específicos da avaliação; um quadro de referências conceitual com o qual estudar o mundo da avaliação, que costuma gerar confusão; um conjunto de definições operacionais para guiar a pesquisa e o desenvolvimento no processo de avaliação; uma declaração pública do que há de mais moderno no campo da avaliação educacional; uma base de auto-regulamentação e responsabilização dos avaliadores profissionais; e um apoio para o desenvolvimento da credibilidade do campo da avaliação educacional (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 596).

As quatro categorias estabelecidas pelo *Joint Committee*: utilidade, viabilidade, precisão e propriedade fundamentam a discussão sobre a qualidade do estudo avaliativo. Com relação à categoria utilidade, os sete padrões buscam evidenciar se a avaliação servirá às necessidades de informações dos usuários

identificados. A categoria que analisa a viabilidade dispõe de três padrões que permitem verificar se o estudo avaliativo será realístico, prudente, diplomático e simples.

As categorias propriedade e precisão são contempladas com oito e 12 padrões respectivamente. Os padrões de propriedade buscam aferir os acordos legais e éticos do estudo, já os padrões de precisão visam assegurar o mérito e a qualidade técnica do trabalho desenvolvido.

O conjunto de padrões das quatro categorias soma 30 padrões e são agrupados de modo a abranger as práticas mais comuns em uma avaliação. Estes padrões são utilizados internacionalmente em diferentes processos avaliativos.

3.2 PROCESSO DE PESQUISA

Para embasar o processo avaliativo foi adotado o diagrama, conhecido como o V epistemológico de Gowin. Na concepção de Elliot (1996), o V é coerentemente sugerido para uso em simulação de ensino e avaliação. O V de Gowin é uma ferramenta capaz de esclarecer a complexidade do assunto abordado e simplificar o processo de construção do conhecimento (Figura 5).

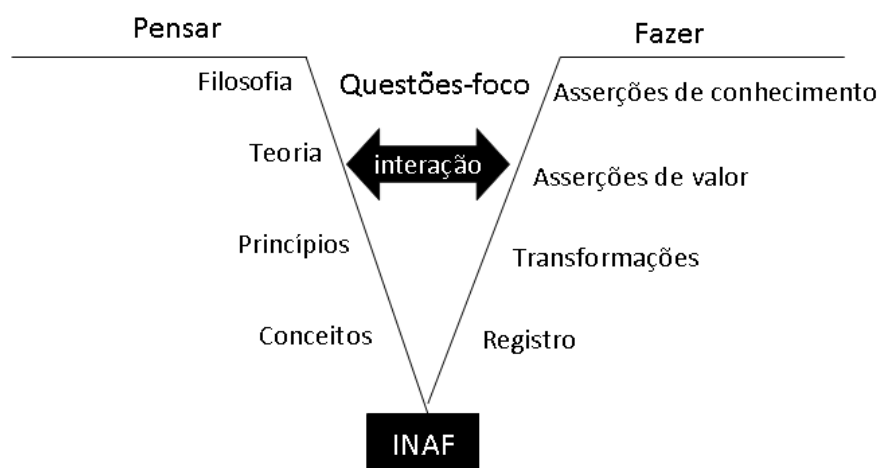


Figura 5: O V epistemológico de Gowin.

Fonte: A autora (2010).

Segundo Gowin e Alvarez (2005), o V é usado sempre que o objeto de estudo requer um juízo de valor, e para isso é necessário usar elementos epistemológicos. A análise do processo de produção do conhecimento através do V foi elaborada por Gowin em 1977, após muitos anos de análises e trabalhos de pesquisa específica.

O V foi adotado primeiramente por Alvarez, que o disseminou utilizando como mapas conceituais e diagramas para embasar a modelagem de conhecimento.

A análise do V parte inicialmente de um conjunto de cinco questões, objetivando analisar conhecimentos documentados (GOWIN; ALVAREZ, 2005, p. 17),

1. Qual a questão foco ou a questão básica de pesquisa?
2. Quais os conceitos-chave?
3. Qual o método usado para responder a questão-foco?
4. Quais asserções de conhecimento?
5. Quais as asserções de valor?

Gowin e Alvarez (2005) afirmam que a presente ordem das questões não é rígida, considerando que o processo de produção do conhecimento pode ocorrer de diferentes maneiras.

A correspondência das questões com o presente estudo foi assim estabelecida:

1. Qual é a questão foco do trabalho?
2. Qual a estrutura conceitual; Quais os conceitos-chave envolvidos no estudo?
3. Qual a sequência de passos?
4. Qual o conhecimento produzido? Quais os resultados mais importantes do trabalho?
5. Qual o valor do conhecimento produzido? Qual a significância dos resultados encontrados?

O V é um exercício meta-cognitivo, onde se constrói o conhecimento sobre o conhecimento, através do domínio dos processos e das competências necessárias para a realização da avaliação e capacidade para analisar a execução da tarefa e fazer correções quando necessário.

A investigação científica que leva à produção do conhecimento é considerada por Gowin um processo de geração de estruturas de significados. Segundo o autor,

o processo de pesquisa pode ser visto como uma estrutura de significados. Os elementos dessa estrutura são eventos, fatos e conceitos. O que a pesquisa faz através de suas ações é estabelecer conexões específicas entre um dado evento, os registros feitos deste evento, os julgamentos factuais derivados desses registros, os conceitos que enfocam as regularidades nos eventos e os sistemas conceituais utilizados para interpretar esses julgamentos a fim de se

chegar à explanação do evento. Criar essa estrutura de significados em uma certa investigação é ter feito uma pesquisa coerente (GOWIN, 1981 apud MOREIRA, 1997, p. 7).

3.3 INSTRUMENTO E APLICAÇÃO

Com o objetivo de promover a equidade e fidedignidade desta avaliação, foi desenvolvido um instrumento avaliativo para cada categoria, abrangendo cada padrão a ser avaliado. O critério de atendimento aos padrões foi utilizado oferecendo três níveis de avaliação: atende, atende parcialmente ou não atende (ANEXO A). O instrumento foi aplicado ao INAF e a sua descrição, obtida pela revisão realizada, tomando como referência cada padrão de avaliação.

4 ANÁLISE SEGUNDO O V DE GOWIN

Neste capítulo, o V epistemológico de Gowin (GOWIN; ALVAREZ, 2005) direciona a modelagem do processo de avaliação. Todos os elementos detalhados no V convergem e interagem com as questões-foco.

A avaliação do INAF tem o objetivo de responder duas perguntas avaliativas, com base na apuração do indicador realizada em 2009:

1. Em que medida o instrumento utilizado pelo IBOPE para determinação do Indicador de Alfabetismo Funcional é adequado para avaliar se os entrevistados sabem ler e escrever?

2. Até que ponto o INAF abrange as principais capacidades/habilidades necessárias para determinar o alfabetismo funcional?

Estas perguntas devem ser analisadas e esclarecidas com base no desenvolvimento e interpretação do diagrama de Gowin (Figura 6).

4.1 QUESTÕES-FOCO

As questões-foco analisadas no V são as mesmas formuladas para o processo avaliativo. Elas estão diretamente ligadas à ponta do V que aborda o evento: INAF. Trata-se de uma avaliação realizada em uma amostra representativa da população masculina e feminina, dos 15 aos 64 anos, das áreas rural e urbana, nas cinco regiões do país. A seleção do grupo para aplicação dos testes e entrevistas se baseia na escolha pelas pessoas que estão fora da escola e de qualquer outro processo de escolarização formal ou informal.

Os questionários são elaborados com questões que retratam atividades do cotidiano, do mundo do trabalho e da rotina da vida doméstica, aspectos e problemas que envolvem conhecimentos de português e matemática. Para complementar os testes, também são realizadas entrevistas, onde o respondente tem a oportunidade de autodeclarar suas habilidades, o que complementa o perfil do entrevistado.

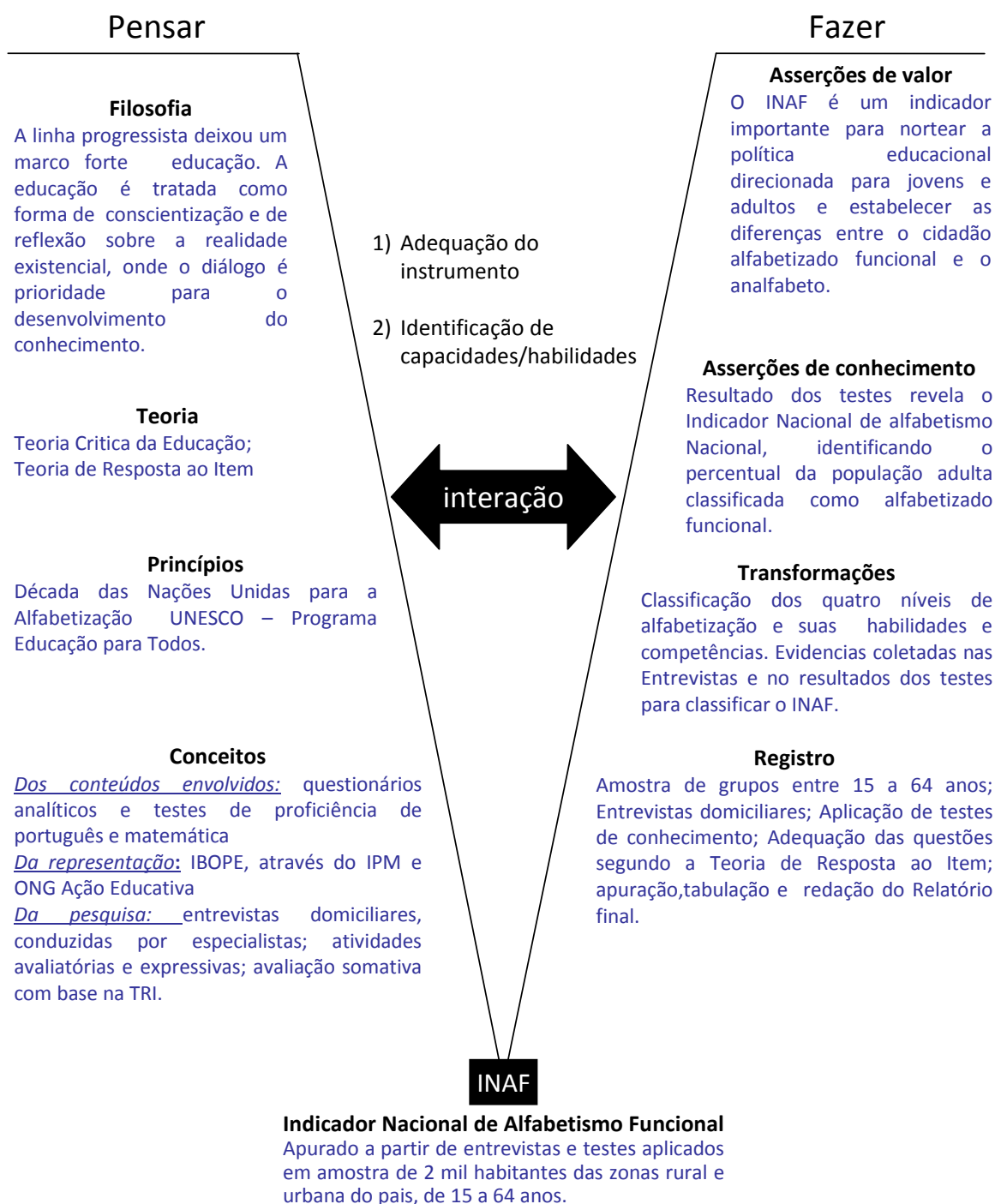


Figura 6: Diagrama de Gowin para análise do INAF.

Fonte: A autora (2010).

4.2. O LADO ESQUERDO DO V

4.2.1 Filosofia

O primeiro item do lado esquerdo do V aborda a filosofia, o pensamento que referenciou a dedicação e a preocupação de pensadores contemporâneos com a educação de jovens e adultos e a sua conseqüente inclusão na sociedade.

A filosofia progressista trata a educação como uma forma de conscientização e reflexão sobre a realidade existencial, onde o diálogo é prioridade para o desenvolvimento do conhecimento. A educação com a função libertadora preocupa-se em promover a conscientização do cidadão sobre sua condição social, sobre sua vida e de seus familiares no que diz respeito à estrutura da sociedade capitalista. Este pensamento se apresenta como uma alternativa política à educação tradicional, que Paulo Freire (2009) chamou de “educação bancária”, tendo como principal objetivo eliminar a “cultura do silêncio” e a alienação do educador.

Um ponto de reflexão permanente no século XXI é a fraca participação dos brasileiros na vida socioeconômica do país, nas atitudes de cidadania e de sustentabilidade. Uma das justificativas para este comportamento passa pela discussão de habilidades e competências desenvolvidas sobre um percentual de habitantes autodeclarados alfabetizados, mas com evidente dificuldade em leitura, interpretação de textos, escrita e operações matemáticas.

4.2.2 Teorias, Princípios e Conceitos-chave

O lado esquerdo do V diz respeito à parte teórica que embasa o evento, Teoria Crítica da Educação, cujo disseminador foi o educador Paulo Freire (2009) e Teoria da Resposta ao Item, adotada após a primeira meta-avaliação do INAF realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa, após cinco anos de realização da avaliação. As teorias são os referenciais em que a pesquisa está ancorada. O êxito do processo avaliativo está na contínua interação entre o lado direito e o esquerdo do V.

Os conceitos-chave estão divididos nos conceitos relativos aos conteúdos envolvidos, à representação e à pesquisa.

Quanto aos conteúdos envolvidos, a análise é realizada com base nas questões elaboradas, de acordo com os descritores de letramento e numeramento e seus respectivos níveis de proficiência. O Quadro 5 ilustra uma questão de cálculo

com soma de dois algarismos. A questão de matemática corresponde a um descritor específico e orienta o avaliador a perceber quais recursos que o avaliado recorre para obter a resposta, por exemplo, calcular de cabeça, contar nos dedos, utilizar o papel.

Descritores	Detalhamento
<p style="text-align: center;">D11</p> <p>Resolver problemas envolvendo adição de números naturais ou de quantias em dinheiro por qualquer método, para a produção de uma resposta exata.</p>	<p>Serve para avaliar se os alunos sabem resolver um problema em que ele terá que somar dois ou mais números ou quantias em dinheiro e chegar à resposta exata. O aluno pode fazer a conta de cabeça, por escrito, contando nos dedos ou por qualquer outro método.</p> <p>Exemplo: 24 passageiros pegaram um ônibus para fazer uma viagem. Na primeira parada, subiram mais 13 passageiros. Quantos passageiros estão no ônibus, depois da primeira parada? Se os números forem, por exemplo, 18 passageiros no ônibus e entram mais 15, o problema já fica mais difícil por causa do “vai-um”.</p>

Quadro 5: Questão de numeramento.

Fonte: UFMG – Programa Brasil Alfabetizado (2006).

Quanto à representação, vale destacar que o crescente incentivo de instituições públicas e privadas para escolaridade na infância promoveu a redução do número de analfabetos absolutos. Outra forma de estímulo é a denúncia e constante fiscalização para erradicação do trabalho infantil, por parte de entidades de defesa da criança como a UNICEF e Fundação Abrinq, o que colabora para a manutenção da escolaridade e a diminuição do alfabetismo funcional na vida adulta.

Cientes da importância de indicadores que monitorassem os efetivos avanços promovidos pelo sistema educacional e por outros atores na incorporação de crescentes parcelas de brasileiros à comunidade letrada contemporânea, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa desenvolveram o INAF (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2006, p.15).

Este modelo de avaliação vem sendo realizado desde 2001, com a experiência e reputação reconhecida do IBOPE na área de pesquisa. Na avaliação pode-se identificar quatro níveis de habilidades de leitura, escrita e matemática.

Quanto ao levantamento de dados, os questionários foram aplicados de forma íntegra, ética e precisa. O estudo é conduzido com entrevistas domiciliares e testes práticos especialmente elaborados para esta finalidade. Um questionário detalhado avalia as características sócio-demográficas, o nível econômico e as práticas diárias dos entrevistados. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima é de dois pontos percentuais.

Após completar cinco anos de aplicação das avaliações, o INAF aperfeiçoou sua metodologia com a adoção da Teoria da Resposta ao Item. Desta forma, cada questão tem o grau de dificuldade definido antecipadamente e a pontuação varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foram respondidas corretamente.

A técnica da Teoria da Resposta ao Item confirmou os resultados obtidos nos levantamentos anteriores, quando se aplicava a Teoria Clássica, já que as variações foram praticamente nulas.

Tabela 4: Comparativo de metodologias – letramento: INAF / Brasil – Letramento (%)

	Metodologia original				Metodologia TRI			
	2001	2003	2005	Média/ Período	2001	2003	2005	Média/ Período
Analfabeto	9	8	7	8	9	8	7	8
Rudimentar	31	30	30	30	31	31	29	30
Básico	33	37	38	36	33	37	38	36
Pleno	26	25	26	26	27	24	26	26

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

Tabela 5: Comparativo de metodologias – numeramento: INAF / Brasil – Numeramento (%)

	Metodologia original			Metodologia TRI		
	2002	2004	Média/ Período	2002	2004	Média/ Período
Analfabeto	3	2	2	3	2	2
Rudimentar	33	29	31	33	29	31
Básico	44	46	45	43	47	45
Pleno	21	23	22	21	23	22

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

4.3 O LADO DIREITO DO V

Este lado diz respeito à parte metodológica, o modo pelo qual foi desenvolvido e apurado o Indicador.

4.3.1 Asserções de conhecimento

As asserções de conhecimento são os resultados apurados sobre a utilização da avaliação. É relevante a contribuição que o INAF proporciona ao sistema educacional brasileiro, fornecendo dados analíticos para o planejamento das ações de educação básica voltadas para a população jovem e adulta.

O INAF tem o caráter de complementar as avaliações escolares. Além de retratar as realidades educacionais das diferentes regiões brasileiras, o indicador consegue mostrar os resultados da educação escolar e continuada na população, fornecendo uma visão abrangente do problema. De acordo com o relatório, o INAF

Permite uma visão de como agem de forma integrada a expansão das oportunidades educacionais e a piora /melhora da qualidade de ensino. Abarcando o conjunto da população, o INAF é capaz de mostrar que pouco adianta uma escola de excelência que atenda a uma minoria; por outro lado, a massificação dos serviços escolares não pode se dar com o abandono da noção de qualidade. Uma nova qualidade precisa ser construída, considerando as demandas de uso da leitura, escrita e matemática não só para a continuidade dos estudos, mas para a inserção, de forma eficiente e autônoma, no mundo do trabalho e do exercício da cidadania (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009, p. 15).

4.3.2 Asserções de valor

Com os resultados obtidos é possível mensurar a eficiência da avaliação e a assertividade da metodologia. A documentação gerada na apuração do INAF revela que este processo avaliativo vem evoluindo com suas aplicações e se adequando para obter resultados transparentes e íntegros sobre o índice de alfabetismo brasileiro.

O INAF produz um importante indicador, cujo maior valor é fornecer dados sobre a escolarização do brasileiro, os quais podem ser utilizados para nortear investimentos e diretrizes nas políticas públicas de educação de jovens adultos.

O instrumento elaborado pelo INAF tem como base as matrizes de referência com conhecimentos e competências e seus respectivos descritores para avaliar o domínio dos respondentes sobre o uso de português e matemática no seu cotidiano.

As Matrizes de referência foram elaboradas por educadores envolvidos em outros programas de avaliação educacional de grande relevância. Eles identificam e tratam as necessidades de alfabetização da população com base nos dados apurados nestas matrizes, como o Programa Brasil Alfabetizado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, [2006]). As propostas utilizadas para português e matemática, suas competências e descritores encontram-se a seguir (Quadros 6 e 7).

Conhecimentos	Competências	Descritores	
Características do sistema da escrita	C1. Dominar conhecimentos que concorrem para a apropriação da tecnologia de escrita	D01	Identificar letras do alfabeto
		D02	Conhecer as direções da escrita
		D03	Diferenciar letras de outros sinais gráficos, como os números, sinais de pontuação ou de outros sistemas de representação
		D04	Identificar, ao ouvir uma palavra, o número de sílabas
		D05	Identificar, ao ouvir palavras diferentes, sílabas semelhantes
		D06	Distinguir, como leitor, diferentes tipos de letra
Codificação	C2. Escrever palavras	D07	Demonstrar conhecimentos sobre a escrita do próprio nome.
		D08	Escrever palavras ditadas demonstrando conhecer o princípio alfabético.
Decodificação	C3. Decifrar com maior ou menor fluência	D09	Ler palavras.
		D10	Ler em voz alta uma sentença ou um texto.
Usos sociais da leitura e escrita	C4. Implicações do suporte e do gênero na compreensão de textos	D11	Formular hipótese sobre o conteúdo de um texto.
		D12	Identificar a finalidade ou o gênero de diferentes textos e suportes.
Compreensão	C5. Compreender informações em textos de diferentes gêneros	D13	Ler palavras silenciosamente, processando seu significado.
		D14	Localizar uma informação explícita em uma sentença ou em um texto.
		D15	Inferir uma informação.
		D16	Identificar assunto/tema.

Quadro 6: Matriz de Referência proposta para Leitura e Escrita.

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais ([2006]).

Conhecimentos	Competências	Descritores	
Números	C1. Realizar Contagens	D01	Realizar contagens de pequenas quantidades
		D02	Realizar contagens de quantidades maiores (por agrupamento ou outras estratégias)
		D03	Realizar contagem de quantias em dinheiro com cédulas e moedas.
	C2. Reconhecer os algarismos	D04	Associar o algarismo ao seu nome.
	C3. Ler números	D05	Ler números naturais de 2, 3 ou 4 algarismos
		D06	Ler números decimais que expressam valor monetário
	C4. Escrever números	D07	Escrever números de 2, 3 ou 4 algarismos
	C5. Comparar números	D08	Comparar números naturais (escritos no sistema de numeração decimal)
		D09	Comparar números decimais que expressam valor monetário
Operações	C6. Resolver problemas envolvendo adição ou subtração	D10	Resolver problemas envolvendo adição ou subtração de números naturais ou de quantias em dinheiro por qualquer método, para a produção de uma resposta aproximada.
		D11	Resolver problemas envolvendo adição de números naturais ou de quantias em dinheiro por qualquer método, para a produção de uma resposta exata.
		D12	Resolver problemas envolvendo subtração de números naturais ou de quantias em dinheiro por qualquer método, para a produção de uma resposta exata.
	C7. Resolver problemas envolvendo multiplicação	D13	Resolver, por qualquer método, problemas envolvendo multiplicação, com a idéia de adição repetida, e em que o multiplicador é um número natural menor do que 10.
	C8. Resolver problemas envolvendo divisão	D14	Resolver, por qualquer método, problemas envolvendo divisão com a idéia de partilha, em que o divisor é um número natural menor do que 10.
	C9. Resolver problemas envolvendo adição e multiplicação associadas	D15	Resolver problemas envolvendo a adição de produtos de números naturais (menores que 10) ou de um número natural (menor que 10) multiplicado por um número decimal representando quantias em dinheiro.
	C10. Resolver problemas envolvendo operações de adição e subtração	D16	Resolver problemas envolvendo uma sucessão de operações de adição e subtração

Quadro 7: Matriz de Referência proposta para Matemática.

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais ([2006]).

4.3.3 Transformações

Para desenvolver o indicador, o INAF classificou o alfabetismo em quatro níveis – analfabeto, alfabetizado nível rudimentar, alfabetizado nível básico e alfabetizado nível pleno – que auxiliam na segmentação das habilidades e competências em letramento e numeramento.

As anotações do entrevistador, além dos resultados dos testes aplicados formam o conjunto da avaliação e classificação do respondente. Estes resultados são consolidados com base na análise dos descritores que escalam o nível da classificação.

O Quadro 8 apresenta um descritor (D15) utilizado para inferir a informação, onde o alfabetizado deve ter a habilidade de reunir e interpretar as informações indicativas nos textos, explícitas ou não, para entender o contexto da história.

	Detalhamento
D15 Inferir uma informação	Relacionando informações do texto com informações que fazem parte de seu conhecimento prévio, o alfabetizado deve inferir uma informação não explícita, mas que pode ser apreendida a partir de marcas presentes no texto. Informações a serem inferidas não estão no texto, mas são permitidas ou sugeridas por ele. Exemplo: A descrição de alguém que brinca com um chocalho, mama no peito, chora constantemente de dor de barriga e ainda não tem dentes, permite inferir que se trata de um bebê.

Quadro 8: Exemplo de descritor utilizado para verificar habilidades de interpretação.

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais ([2006]).

4.3.4 Registros do evento

O INAF é registrado e consolidado através de entrevistas conduzidas e testes aplicados em domicílio. A amostra selecionada é de 2000 mil pessoas, de ambos os sexos, que estão fora da escola. As respostas são registradas no próprio instrumento de coleta e posteriormente tabuladas.

O respondente pode assinalar a questão sozinho ou contar com o auxílio do entrevistador. O exemplo a seguir (Quadro 9) ilustra uma questão de estímulo à leitura, onde o entrevistador permite que o respondente leia mais de uma vez o material e responde oralmente a pergunta.

Texto estímulo para leitura: **Geladeira com defeito**

Em 16 de agosto do ano passado, compramos na loja Marabá uma geladeira. A luz da geladeira veio queimada.

Fizemos várias reclamações e até hoje não fomos atendidos.

O que fazer?

ANDRÉA CRISTINA MENEGOSI

OURO VERDE DO OESTE – PR

Pergunta feita oralmente pelo entrevistador: Que defeito apresentou a geladeira?

Quadro 9: Texto de estímulo para leitura.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2009).

5 AVALIAÇÃO DO INAF

Este capítulo trata da avaliação do Indicador Nacional de Alfabetismo Nacional, que teve como fonte de orientação as categorias e padrões para avaliação, estabelecidas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Com a atenção voltada para assuntos relevantes na área da educação, o Instituto Paulo Montenegro criou uma metodologia própria de aferir o grau de alfabetização da população brasileira. O objetivo é avaliar esta metodologia e as métricas que classificam o alfabetizado funcional e assim refletir sobre a abrangência e a integridade do indicador, que é adotado como referência nacional para investigar o alfabetismo dos jovens adultos.

O indicador mensura os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade, englobando residentes de zonas urbanas e rurais de todas as regiões do Brasil. Em entrevistas domiciliares, são aplicados questionários e testes práticos. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

5.1 APLICAÇÃO DA LISTA DE CHECAGEM DO INAF

Os padrões identificados na lista de checagem foram avaliados se estavam contemplados, ou não, no INAF, visando validar todo o processo avaliativo, percorrendo as quatro categorias estabelecidas: utilidade, viabilidade, propriedade e precisão.

Em relação aos padrões de utilidade, a análise realizada apresenta o resultado da avaliação do INAF no Quadro 10.

Padrões de Utilidade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
U1 Identificação do interessado	Sim		
U2 Credibilidade do Avaliador	Sim		
U3 Abrangência e Seleção da Informação	Sim		
U4 Identificação dos Valores	Sim		
U5 Clareza do Relatório	Sim		
U6 Agilidade na produção e disseminação do relatório da avaliação		Parcial	
U7 Impacto da avaliação		Parcial	

Quadro 10: Avaliação do INAF segundo padrões de utilidade.

Fonte: A autora (2010).

Nesta categoria, todos os padrões foram atendidos plenamente e dois padrões (U6 e U7) foram atendidos parcialmente.

A identificação dos interessados (padrão U1) é clara neste estudo avaliativo, pois os interessados no INAF são as entidades de educação e os responsáveis pelas diretrizes da política educacional brasileira, sobretudo o viés da educação de jovens e adultos.

A credibilidade do avaliador (padrão U2) é evidenciada através da reputação e respeitabilidade do IBOPE, como a maior empresa de pesquisa de mercado da América Latina, atuando há 68 anos. No caso da abrangência e seleção da informação (padrão U3), as amostras da população são selecionadas em todo o território nacional. O padrão U4- Identificação de Valores é atingido no momento em que há a identificação dos diferentes níveis de dificuldades nas questões dos testes de letramento e numeramento, para aplicação da Teoria de Resposta ao Item.

Esta técnica estatística é utilizada em estudos internacionais semelhantes, como os realizados pela UNESCO (2003). No Brasil, a Teoria também é utilizada em testes de abrangência nacional como, por exemplo, o SAEB (INEP, 2005). A metodologia propõe modelos teóricos que representam o comportamento das respostas atribuídas a cada uma das questões como uma função da habilidade do indivíduo. Em outras palavras, cada questão do teste tem seu grau de dificuldade definida *a priori* e a pontuação (proficiência) de cada indivíduo respondente varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foi capaz de responder corretamente.

A clareza do relatório (padrão U5) é demonstrada através dos gráficos representativos do indicador e suas respectivas interpretações. O relatório do INAF traz ainda um comparativo entre regiões brasileiras, gênero e idade.

A agilidade na produção e disseminação do relatório da avaliação (padrão U6) é parcialmente contemplado na medida em que o indicador poderia ser mais explorado nos meios de comunicação de massa e seu resultado ganhasse notoriedade e com isso provocar o debate sobre o modelo da educação brasileira.

Da mesma forma, o padrão U7- Impacto da Avaliação também é parcialmente atendido, pois os resultados do alfabetismo funcional no Brasil poderiam ser tratados com mais importância, propriedade e alarde, visando auxiliar e provocar a tomada de decisão sobre os rumos da educação brasileira de jovens e adultos. Possivelmente, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa pudessem divulgar resultados

parciais, criar eventos específicos para a entrega dos resultados nas regiões abordadas pelo INAF e, assim, aumentar sua importância e gerar mais impacto com o resultado da avaliação. Desse modo, o padrão U6, que neste modelo não é atendido, seria contemplado por se empregar mais agilidade e capilaridade na disseminação do relatório.

Os Padrões de Viabilidade são apresentados no Quadro 11, com o resultado da análise do INAF.

Padrões de Viabilidade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
V1 Procedimentos Práticos	Sim		
V3 Custo-efetividade	Sim		

Quadro 11: Avaliação do INAF segundo padrões de viabilidade.

Fonte: A autora (2010).

Os padrões procedimentos práticos (V1) e custo-efetividade (V3) são atingidos plenamente. Os resultados do INAF demonstram que os procedimentos de coleta de informações não interferem no estudo e o custo-efetividade é suficientemente justificado devido à validade e finalidade da avaliação.

O padrão Viabilidade Política (V2) não se aplica ao modelo, já que o levantamento do INAF é uma iniciativa social e voluntária de instituições sem interesses lucrativos, com intuito de pesquisa e análise dos resultados para contribuir com a evolução da alfabetização plena da população brasileira.

O INAF foi também avaliado com relação aos padrões de propriedade, conforme o Quadro 12. Destes oito padrões analisados, cinco foram atendidos totalmente e um parcialmente, segundo as observações registradas.

Padrões de Propriedade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
P1 Orientação para o serviço	Sim		
P2 Acordos (contratos) formais	Sim		
P3 Direitos dos indivíduos	Sim		
P4 Relações Humanas	Sim		
P5 Avaliação completa e justa	Sim		
P6 Apresentação dos resultados da avaliação		Parcial	

Quadro 12: Avaliação do INAF segundo padrões de propriedade.

Fonte: A autora (2010).

Mensurar o índice de alfabetismo funcional da população brasileira provoca discussões em torno da educação de jovens e adultos e provê elementos para a tomada de decisão a respeito da qualidade do ensino, do tempo de permanência na escola, do conteúdo ensinado estar em linha com as questões do cotidiano, entre outros. Desta forma, o padrão orientação para o serviço (P1) é atendido plenamente quanto aos seus objetivos.

Como o processo avaliativo do INAF é uma iniciativa voluntária do Instituto Paulo Montenegro, os acordos formais são internos, entre os participantes envolvidos no processo, necessitando apenas da boa-vontade dos entrevistados em realizar os testes. O padrão P2 acordos formais, deste modo, foi atendido.

Os direitos dos indivíduos (padrão P3) estão totalmente respeitados e protegidos nesta avaliação, pois os entrevistados ficam no anonimato, assim como as questões do teste não tem suas respostas publicadas. Os entrevistadores são preparados e experientes para lidar com pessoas simples e humildes das áreas rural e urbana. Do mesmo modo, as relações humanas (padrão P4) também foram totalmente protegidas e consideradas no processo avaliativo.

O padrão P5 avaliação completa e justa foi atendido, pois o modelo utilizado para apurar o indicador é revisado pelos realizadores com frequência estabelecida e conta com a ajuda de especialistas da área. A última mudança ocorrida – adoção da metodologia da Teoria TRI – é decorrente de uma avaliação geral de melhorias e aprimoramento do INAF.

A divulgação dos resultados do INAF (padrão P6) poderia ser mais ampla, já que o indicador é reconhecido como referência pelo MEC e tem a capacidade de trazer a luz alguns enfoques da educação, menos abordados. O IBOPE- Instituto Paulo Montenegro publica os resultados no *site* e disponibiliza a íntegra do relatório para especialistas. Além disso, a mídia nacional tem acesso às informações de forma passiva, por isso o destaque para os resultados depende diretamente da linha editorial do veículo e do espaço disponível na época, no noticiário.

Os padrões (P7) conflitos de interesse e (P8) responsabilidade fiscal não são padrões contemplados e pertinentes, já que não há um cliente direto contratante do serviço. O INAF é uma iniciativa sem fins lucrativos de duas instituições, o Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa, visando fomentar o debate público sobre o alfabetismo e os impactos sociais da educação.

Os padrões de Precisão (*accuracy*) registrados no Quadro 13, também serviram de referência para a avaliação do INAF.

Padrões de Precisão	Atende	Atende parcialmente	Não atende
A1 Documentação do programa	Sim		
A2 Análise do contexto	Sim		
A3 Descrição de finalidades e procedimentos	Sim		
A4 Fontes confiáveis de informação	Sim		
A5 Informações válidas	Sim		
A6 Informações fidedignas	Sim		
A7 Informações sistemáticas	Sim		
A8 Análise das informações quantitativas	Sim		
A9 Análise das informações qualitativas	Sim		
A10 Conclusões justificadas	Sim		
A11 Relatório imparcial	Sim		
A12 Meta-avaliação	Sim		

Quadro 13: Avaliação do INAF segundo padrões de precisão.
Fonte: A autora (2010).

A relevância e o mérito da apuração estão diretamente ligados aos padrões de precisão. Neste caso, a documentação do programa (padrão A1) foi produzida corretamente, pois o IBOPE-Instituto Paulo Montenegro conduz a metodologia da avaliação e aplica os testes, já a Ação Educativa controla toda a documentação, como relatórios, gráficos e tabelas, que ficam disponíveis para consulta no *site* do IBOPE.

Tanto a análise do contexto (padrão A2) quanto a descrição das finalidades e procedimentos explicitados (padrão A3) foram padrões presentes neste estudo de avaliação, pois as duas instituições envolvidas têm *know how*, equipe especializada, detalhamento e critério com o trabalho realizado. O reconhecimento da importância e da lisura deste indicador é o fato do MEC adotá-lo como indicador oficial do alfabetismo funcional.

As fontes confiáveis de informação (padrão A4) neste estudo são os próprios entrevistados, eleitos na amostragem. Pessoas que concordam em colaborar com a avaliação e, de certa forma se expõem, sem nenhum preconceito ou constrangimento, seu nível de instrução. Neste modelo de avaliação as fontes são extremamente confiáveis.

Para coleta dos dados é utilizada uma entrevista domiciliar, conduzida por um profissional treinado para aplicar os testes e questionários e nivelar o conhecimento

do entrevistado. O resultado dos testes assegura a integridade do indicador e a validade da informação (padrão A5).

Os entrevistadores são capacitados para realizar procedimentos de coleta de forma confiável e sistematizada, atendendo ao padrão A6. O resultado dos testes é lançado no sistema de tabulação, o que garante a sistematização e a integridade e o arquivamento do registro, conforme prevê o padrão A7.

A análise da informação quantitativa e qualitativa (padrões A8 e A9) são adequadas e devidamente registradas, assegurando que as questões avaliativas sejam respondidas, ou seja, classificando o grau de alfabetismo da amostra identificada, escolhida para representar a população das áreas rural e urbana. Na metodologia aplicada a este processo avaliativo, a resposta dada a cada item tem valor diferenciado de acordo com o grau de dificuldade apresentado, denominado de Teoria de Resposta ao Item.

O padrão A10 aborda as conclusões justificadas. Ele determina que as conclusões obtidas em uma avaliação devem ser explicitadamente justificadas, a fim de que possam ser julgadas pelo interessados. Especialmente neste processo avaliativo, as conclusões são justificadas e explicitadas através dos resultados dos testes e da crítica dos questionários. A conclusão apenas classifica e percentualiza o INAF, a partir da apuração dos resultados.

Neste processo avaliativo não há espaço para tendenciosidade, já que o relatório é conclusivo com o apoio nos resultados mensurados nos testes. O questionário aplicado também aborda as inferências familiares, levantando a rotina em que se vive, a prática de leitura e de contato com textos nos diversos ambientes (igreja, trabalho, casa etc), assim como o julgamento que a pessoa tem sobre suas próprias capacidades. Para preenchimento desta parte do questionário, o entrevistador deve ter uma postura neutra, sem se deixar influenciar pelo contexto ou pela própria pessoa, mantendo a imparcialidade, conforme previsto para atingimento do padrão A11.

Esta avaliação possui as propriedades de ser formativa e somativa, fornecendo um indicador relevante para que os responsáveis pela condução da política educacional brasileira possam refletir e adotar novos rumos para estimular e ampliar o acesso à educação de jovens e adultos. A avaliação é uma atividade fundamental para ajustes e implementação de novos critérios e diretrizes neste processo avaliativo. A meta-avaliação (A12) foi plenamente atendida, já que o

IBOPE realizou uma detalhada avaliação dos primeiros cinco anos de apuração do Indicador, o que resultou na adoção da nova metodologia - Teoria de Resposta ao Item - e na revisão de alguns modelos de questão para os testes.

6 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Para encerrar este estudo foram analisadas e consideradas algumas variáveis do processo avaliativo, bem como a adoção de algumas recomendações, visando o aumento da assertividade do INAF.

Vale ressaltar que o analfabetismo funcional afeta, inclusive, as pessoas que cursaram o ensino médio e sendo assim passaram mais de nove anos na escola. A base da escolarização é fraca e insuficiente e isto forma um aluno pouco preparado, afetando o seu desempenho no mundo do trabalho. A articulação entre o saber e o fazer/realizar é constante, por isso o INAF tem papel relevante para fomentar o debate nacional a respeito de soluções e propostas de educação para a massa analfabeta e para nivelamento e atualização daqueles que se autodeclaram alfabetizados, mas tem baixa compreensão da leitura, escrita e habilidade com números.

A metodologia do INAF faz parte dos procedimentos do sistema de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, o qual é utilizado para acompanhar os jovens e adultos egressos dos cursos de alfabetização, para verificar a retenção e desenvolvimento de suas habilidades, além de efeitos sobre sua inserção profissional, social e cultural. Este fato reitera a importância e a reputação do indicador que atualmente é adotado como índice oficial da taxa de alfabetismo funcional do Brasil.

Em 2011, o INAF completa 10 anos apurando e classificando os níveis de alfabetismo da população brasileira e planeja lançar, na ocasião, mais uma coletânea de artigos explorando os inúmeros aspectos abordados pelos questionários e testes aplicados no período.

O estudo avaliativo do INAF apresentado foi baseado em dois instrumentos adotados, a lista de checagem, conforme as categorias e padrões fornecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). e o diagrama de Gowin (GOWIN; ALVAREZ, 2005), através da modelagem do V epistemológico. Os dois instrumentos tiveram importância fundamental para comprovar a assertividade do processo e assim responder as duas perguntas avaliativas relacionadas, de forma positiva.

Em resposta à primeira questão avaliativa, pode-se afirmar que o instrumento utilizado para apurar o INAF é adequado ao processo, já que considera níveis de

proficiência, habilidades e competências específicas para cada segmento. Vale registrar que a abordagem do instrumento também leva em consideração a identificação de dificuldades que o entrevistado encontra para realizar tarefas do cotidiano, como ler uma receita, dar o troco ou encontrar uma informação em catálogo de endereços.

A segunda pergunta avaliativa investigou se o INAF abrange as principais capacidades/habilidades necessárias para determinar o alfabetismo funcional. É necessário evidenciar que a metodologia de coleta é baseada em amostras domiciliares, com o intuito de indagar sobre tarefas domésticas simples que compõem o currículo de alfabetizados, como por exemplo averiguar se o respondente lê com frequência mínima (folhetos, jornais, livros ou a Bíblia) e se esta publicação é própria ou emprestada. O êxito desta avaliação está diretamente ligado a experiência, habilidade e atitude do entrevistador no momento da coleta de informações.

O INAF caminha para 10 anos de avaliação do nível de alfabetismo funcional dos brasileiros e tem acompanhado com eficiência a redução dos percentuais de analfabetismo. A avaliação deste indicador evidenciou a seriedade e a completude do processo de forma satisfatória. Os dados decorrentes do INAF são confiáveis e traduzem uma realidade para reflexão do educador brasileiro.

O alfabetismo funcional afeta não só o sujeito que se torna dependente do auxílio de outros, ou vítima de seu próprio desconhecimento. Recente pesquisa realizada pelo Hospital das Clínicas, em São Paulo, no mês de julho de 2010, com 312 acompanhantes de pacientes do próprio hospital, revelou que em cada quatro pessoas submetidas a um teste escrito no Hospital, uma foi incapaz de escrever a resposta certa a perguntas tão corriqueiras como essa. Dado 1: o remédio deve ser tomado uma hora antes do almoço. Dado 2: o almoço é às 12h. Pergunta: a que hora você deve tomar o remédio? (WESTIN, 2010).

A conclusão é que de cada quatro pessoas abordadas nesta pesquisa, uma é analfabeta funcional: frequentou a escola, aprendeu a ler e escrever, mas não consegue entender aquilo que lê. As frases escritas não têm significado.

O resultado é preocupante, tanto em termos de saúde como de educação. Desta forma, o INAF, através da publicação dos seus resultados, promove a oportunidade de ampliar a discussão sobre a educação de adultos. Além de despertar o assunto sobre medidas para minimizar os impactos do desconhecimento

e da dificuldade de se posicionar na sociedade, já que o entendimento das pessoas sobre o processo de alfabetização é se ele existe ou não, não considerando que o processo pode ter acontecido de forma deficiente.

Com relação à divulgação dos resultados do indicador, fica a recomendação de que o Instituto Paulo Montenegro, juntamente com o IBOPE e a Ação Educativa deveriam abranger todos os canais de comunicação pertinentes ao assunto. A mídia é uma ferramenta forte e ágil para despertar a reação dos políticos, a fim de rever os investimentos e projetos para a educação de base. Além disso, a ampla divulgação da evolução do INAF e as disparidades entre regiões, gênero, idade etc poderiam encontrar sensibilidade na iniciativa privada, como ocorreu na pequena Lagoa do Cassange, no litoral da Bahia, dando um exemplo de cidadania e de que o mais importante é começar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 1967. Seção 1, p. 12727.
- ELLIOT, L. G. A avaliação em concursos públicos para a Universidade: questão de critérios e procedimentos. *Advir*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 63-69, 1996.
- FERRARO, A. Escola e produção do analfabetismo no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul./dez. 1987.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.
- _____. *Educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GOWIN, D. B.; ALVAREZ, M. C. *The art of educating with V diagrams*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- IBGE. *Censo 2000: questionários*. Rio de Janeiro, [2000]. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- _____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008*. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- INEP. O que é o SAEB. *SAEB*, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/default.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *INAF Brasil 2009: indicador de alfabetismo funcional: principais resultados*. São Paulo, 2009.
- _____. *Institucional*, São Paulo, [200-]. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- _____. *Relatório INAF: um balanço dos resultados de 2001 a 2005*. São Paulo, 2006.
- MOREIRA, M. A. *Diagramas V no ensino de Física*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, 1997. (Textos de apoio ao professor de Física; n. 7)
- RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L.; MOURA, M. P. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 81, p. 49-70, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, A. M. C. Desafios contemporâneos para a formação de jovens e adultos. *Educar em Revista*: revista da UFPR, Curitiba, PR, n. 29, jan./jun. 2007.

UNESCO. *Alfabetização como liberdade*. Brasília. 2003.

_____. *Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Brasília, DF, [2007?]. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>> Acesso em: 3 set. 2010.

_____. *Literacy Initiative for Empowerment (Life) 2005-2015: vision and strategy paper*. 2nd. ed. Paris, 2006.

_____. *Relatório de monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?*. Brasília, DF, 2008.

_____. *Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos*. Brasília, DF, 2010.

_____. *United Nations Literacy Decade: education for all: International Plan of Action: implementation of General Assembly resolution 56/116: report of the Secretary-General*. [S. l.], 2001.

_____. *World Education Forum: final report*. Dakar, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ceale. *Avaliação de leitura/escrita e matemática: Brasil Alfabetizado 2005-2006*. Belo Horizonte, [2006].

WESTIN, R. Um a cada quatro pacientes não compreende orientação médica no HC, em SP. *Folha.com*, São Paulo, 25 jul. 2010. Cotidiano, não paginado. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

WORTHEN, B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

ANEXO

ANEXO A – Instrumento para análise do INAF

Padrões de Utilidade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
U1 Identificação do interessado			
U2 Credibilidade do Avaliador			
U3 Abrangência e Seleção da Informação			
U4 Identificação dos Valores			
U5 Clareza do Relatório			
U6 Agilidade na produção e disseminação do relatório da avaliação			
U7 Impacto da avaliação			

Padrões de Viabilidade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
V1 Procedimentos Práticos			
V3 Custo-efetividade			

Padrões de Propriedade	Atende	Atende parcialmente	Não atende
P1 Orientação para o serviço			
P2 Acordos (contratos) formais			
P3 Direitos dos indivíduos			
P4 Relações Humanas			
P5 Avaliação completa e justa			
P6 Apresentação dos resultados da Avaliação			

Padrões de Precisão	Atende	Atende parcialmente	Não atende
A1 Documentação do programa			
A2 Análise do contexto			
A3 Descrição de finalidades e procedimentos			
A4 Fontes confiáveis de informação			
A5 Informações válidas			
A6 Informações fidedignas			
A7 Informações sistemáticas			
A8 Análise das informações quantitativas			
A9 Análise das informações qualitativas			
A10 Conclusões justificadas			
A11 Relatório imparcial			
A12 Meta-avaliação			